

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÃO DE LEI**
- 2 – ATAS**
  - 2.1 – 47ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
  - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Comissão
- 4 – PRONUNCIAMENTOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**

## PROPOSIÇÃO DE LEI

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.258

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Pessoas com Deficiência de Poço Fundo, com sede no Município de Poço Fundo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Pessoas com Deficiência de Poço Fundo, com sede no Município de Poço Fundo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de maio de 2019.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

## ATAS

### ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/5/2019

#### Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2019; Projetos de Lei nºs 753, 780, 789 a 791, 793 a 799 e 801/2019; Requerimentos nºs 1.305 a 1.314/2019; Requerimentos Ordinários nºs 516 a 521, 523, 524, 526, 527, 531, 533 a 535, 537, 540, 548 e 550/2019 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Segurança Pública, de Agropecuária, de Cultura e de Direitos Humanos – Oradores Inscritos: Discurso do deputado Cleitinho Azevedo – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições –

Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários nºs 548, 540 e 550/2019; deferimento – Encerramento.

### **Comparecimento**

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

### **Abertura**

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h5min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### **1ª Parte**

#### **1ª Fase (Expediente)**

#### **Ata**

– O deputado Charles Santos, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### **2ª Fase (Grande Expediente)**

#### **Apresentação de Proposições**

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35/2019**

Altera o art. 160 da Constituição Estadual para autorizar a transferência direta de Recursos Estaduais aos Municípios.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – O § 4º do art. 160 fica acrescido dos seguintes incisos:

I – As emendas individuais apresentadas ao projeto de lei do orçamento anual poderão alocar recursos para transferência aos municípios a título de doação ou com finalidade de despesa definida na lei.

II – As indicações de emendas individuais a título de doação ou com finalidade de despesa definidas na lei serão repassadas diretamente, independente da celebração de convênios ou instrumento congêneres.

III – Os recursos decorrentes de indicações de emendas individuais a título de doação ou com finalidade de despesa definidas não poderão ser empregados no pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas.

IV – A fiscalização e a prestação de contas da aplicação dos recursos referidos no inciso I, será feita em conformidade com os procedimentos adotados pelos entes governamentais, sob as suas respectivas jurisdições e pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – Esta Emenda Constitucional entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2019.

Deputado Raul Belém – Alencar da Silveira Jr. – Bosco – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Gustavo Santana – Inácio Franco – Leninha – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Roberto Andrade – Thiago Cota – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme

Justificação: Sabemos das inúmeras dificuldades enfrentadas na governabilidade dos municípios, agravada diante da retenção dos recursos do FUNDEB, ICMS, IPVA nos anos de 2017 e 2018 por parte do Estado, deixando os municípios em situações calamitosas e comprometendo o seu funcionamento, pois, com a ausência dos repasses, os municípios deixaram de investir em obras de infraestrutura, por exemplo, para cumprir suas obrigações com a folha de pagamento e fornecedores.

A presente proposição tem o objetivo de permitir que as emendas parlamentares individuais apresentadas à LOA possam transferir recursos aos municípios através de doação ou finalidade de despesa definida na própria indicação para serem executados diretamente sem a celebração de convênios ou instrumentos congêneres resguardadas a devida prestação de contas.

A execução direta permitirá aos municípios mais autonomia e agilidade, uma vez que o recurso poderá ser utilizado conforme a necessidade da municipalidade, seja para a infraestrutura, saneamento, ou aquisição de máquinas ou veículos, ficando o Estado responsável pela fiscalização e análise da prestação de contas.

A indicação de emenda parlamentar através de doação permitirá ao município dar continuidade e finalizar a uma obra, ou projeto que estariam sendo executados com recursos próprios e foram paralisados diante a escassez do mesmo.

Diante da importância da matéria, contamos com o apoio de nossos nobres pares à aprovação deste projeto.

– Publicada, vai a proposta à Comissão de Justiça e à Comissão Especial para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

### **PROJETO DE LEI Nº 753/2019**

Estabelece prazo para que órgãos da administração direta, indireta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedade de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, respondam a pedidos de informação.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Estabelece o prazo de 30 dias para que os órgãos integrantes da administração direta, indireta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedade de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, respondam por escrito e devidamente fundamentado ao pedido de informação feito por Órgão Fiscalizador previsto no art. 73 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

§ 1º – A recusa, ou o não atendimento no prazo mencionado no caput deste artigo, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade.

§ 2º – O prazo poderá ser prorrogado por uma única vez por igual período, mediante requerimento do Órgão que deve responder ao pedido de informação.

I – Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

II – A contagem do prazo terá início no primeiro dia que seguir ao da publicação no respectivo diário eletrônico do Órgão ou a ele vinculado.

Art. 2º – Esta lei aplica-se aos órgãos autônomos do Poder Executivo subordinados ao Governador:

I – Advocacia-Geral do Estado – AGE;

II – Controladoria-Geral do Estado – CGE;

III – Ouvidoria-Geral do Estado – OGE;

IV – Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG;

V – Gabinete Militar do Governador – GMG;

VI – Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG;

VII – Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG;

VIII – Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP-MG;

IX – Conselho Estadual de Educação – CEE.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de maio de 2019.

Deputado Raul Belém (PSC)

**Justificação:** O mundo digital e o acesso facilitado à rede mundial de computadores através dos smartphones, tem permitido ao cidadão o acesso cada vez mais rápido às informações, sejam elas verdadeiras ou fakenews. Tendo em vista os princípios constitucionais norteadores da administração pública, entre eles os princípios da legalidade, publicidade, bem como as garantias constitucionais do direito de petição e o acesso à informação, previsto no art. 5º da Constituição da República, e a presente proposição de lei tem o intuito de estabelecer prazo razoável para que órgãos da administração direta, indireta, autárquica, fundacional e empresa de economia mista respondam ao cidadão de forma fundamentada os pedidos de informação decorrentes do natural poder fiscalizador estabelecido na Constituição do Estado de Minas Gerais (CEMG), importando a sua recusa ou não atendimento em crime de responsabilidade.

É de fundamental importância que a Casa aprove uma lei que complemente as determinações das Constituições Federal e Estadual, e das leis federais sobre a matéria, respeitando, é claro, os limites de sua competência e inovando o ordenamento jurídico ao delimitar prazo para resposta dos pedidos de informação feitos pelos Órgãos Fiscalizadores.

O controle da administração pública é regulamentado através de diversos atos normativos, que trazem regras, modalidades e instrumentos para a organização desse controle. Em nossa Constituição Estadual o art. 73 dispõe sobre os tipos de fiscalização e controle, ou seja, controle interno, externo e popular ou social.

A finalidade do controle da Administração Pública é assegurar que a mesma atue em conformidade com os princípios que lhes são impostos pelo ordenamento jurídico, como por exemplo, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e além disso, em determinadas situações, assegura o controle de mérito, que diz respeito à atuação discricionária da atuação administrativa.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

**PROJETO DE LEI Nº 780/2019**

Altera a Lei nº 20.824 de 31 de julho de 2013, que concede incentivo a projetos esportivos e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os §§ 1º a 3º do art. 24 e o inciso II do art. 26 da Lei nº 20.824 de 31 de julho de 2013, passam a vigorar com a redação que se segue:

"Art. 24 – Fica concedido crédito outorgado do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS –, nos termos do Convênio ICMS nº 141 do Conselho Nacional de Política Fazendária, de 16 de dezembro de 2011, e observados os termos e condições previstos em regulamento, correspondente ao valor destinado pelo contribuinte a projeto esportivo credenciado pelo órgão do Poder Executivo Estadual responsável pela promoção do esporte em Minas Gerais.

§ 1º – O incentivo fiscal disponibilizado para projetos esportivos credenciados pelo órgão executor da política pública do esporte, previstos nesta lei, será de no mínimo 0,15% (quinze centésimos por cento) e no máximo 0,3% (três décimos por cento) da receita líquida anual do ICMS que coube ao Estado, relativamente ao exercício anterior, nos termos de regulamento.

§ – 2º Para os efeitos desta lei, os recursos disponibilizados pelo Executivo serão deduzidos no percentual de 2% (dois por cento) a 6% (seis por cento) do saldo devedor mensal do ICMS de contribuinte que apoiar financeiramente projeto esportivo aprovado pelo órgão do Poder Executivo Estadual responsável pela promoção do esporte e no mínimo 30% (trinta por cento) desses recursos serão destinados a projetos esportivos que atendam aos Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM menor que 0,7 (sete décimos).

§ 3º – O contribuinte apoiador de projeto esportivo aprovado pelo Executivo poderá deduzir o percentual previsto no Termo de Compromisso, de acordo com o escalonamento por faixas de saldo devedor anual definido em regulamento, limitado ao valor equivalente a 800.000 (oitocentas mil) Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais por ano civil, por inscrição estadual."

"Art. 26 – (...)

(...)

II – 10% (dez por cento) destinado a projetos esportivos que apresentem maior dificuldade de captação de recursos, de acordo com critérios definidos em edital de seleção específico, por meio de depósito bancário identificado na conta bancária do executor aberta exclusivamente para movimentação do incentivo fiscal previsto no Art. 24."

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de maio de 2019.

Deputado Coronel Henrique (PSL)

**Justificação:** A Lei de Incentivo ao Esporte é um programa que consiste no apoio financeiro feito por empresas a projetos esportivos aprovados pela Secretaria de Estado de Esportes deduzidos do saldo devedor mensal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), investindo o recurso no fomento às diferentes práticas esportivas para a população.

O Esporte é um direito constitucional do cidadão, conforme preconiza o art. 217 da Constituição Federal, que proporciona qualidade de vida, cultura e educação. Portanto, é papel do Governo do Estado apoiar, em todos os aspectos, o desenvolvimento e a prática do esporte em Minas Gerais.

De 2014, primeiro ano de execução da Lei de Incentivo, até hoje, já foram captados R\$ 69,1 milhões para execução de 337 projetos esportivos em 106 municípios mineiros, beneficiando mais de 196 mil pessoas. Só no ano passado foram 89 projetos captados, que alcançaram R\$ 16,9 milhões disponibilizados para a prática esportiva. Neste ano, o limite para a captação de recursos em Minas é de R\$ 18,1 milhões.

Neste sentido, a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte é uma importante ferramenta de fomento à prática esportiva no Estado, pois possibilita à iniciativa privada apoiar projetos esportivos elaborados por entidades privadas sem fins lucrativos de natureza esportiva ou por Prefeituras, através de patrocínios provenientes da dedução de ICMS, para que a empresa possa investir diretamente esses recursos em projetos esportivos aprovados pela pasta. Tem como objetivo fortalecer o desporto e o paradesporto no Estado, através do esforço conjunto entre o Governo de Minas, apoiadores e executores de projetos esportivos.

Ocorre que, apesar de tão importante programa para o Esporte em Minas Gerais a legislação que regula essa política pública encontra-se defasada, vez que, desde 2013 a população e as consequentes demandas têm aumentado, e os percentuais do investimento em esportes no Estado estão estacionados no percentual de 0,05% (cinco centésimos por cento) da receita líquida anual do ICMS, relativamente ao exercício anterior.

Saliente-se que tal percentual é significativamente inferior aos aplicados nos estados do Rio de Janeiro que é de 0,375% e São Paulo que é de 0,2%. Em São Paulo a previsão desses recursos para 2019 é de R\$60 milhões e no Rio de Janeiro é de R\$120 milhões. Necessário ressaltar que, além do expressivo número de modalidades esportivas aqui praticadas, Minas Gerais possui população superior ao Rio de Janeiro e número de municípios que supera a soma dos dois estados citados.

Outra atualização necessária é a do investimento máximo por empresa, que tem limites mensais e anuais de investimentos, atualmente de 1% a 3% do saldo devedor mensal de ICMS de acordo com escalonamento previsto em Decreto, e 400.000 (quatrocentas mil Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais) por ano civil, por inscrição estadual. Ocorre que tais limitadores encontram-se também defasados e impedem que empresas parceiras e incentivadoras do Esporte aumentem seu apoio, razão pela qual propõe-se a recomposição desses limites.

Outra alteração apresentada no presente projeto de lei diz respeito à aplicação de no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos deduzidos do saldo devedor mensal do ICMS a projetos esportivos que atendam aos Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM menor que 0,7 (sete décimos), o que além de incentivar a aplicação dos recursos nos Municípios mais carentes, proporciona uma maior disseminação do investimento esportivo no Estado, com o intuito de que essa tão importante política pública esteja ao alcance de mais mineiros.

O Relatório do Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA – agência de desenvolvimento internacional da ONU sobre a Situação da População Mundial (State of World Population – SWOP) 2014 aponta que nove em cada dez jovens que vivem atualmente em países em desenvolvimento enfrentam maiores obstáculos para alcançar seu pleno potencial e inserção mais produtiva na força de trabalho e que as práticas esportivas são opções inteligentes para o desenvolvimento integral e equitativo, com ampliação do repertório de direitos e um veículo importante para o desenvolvimento humano.

Para o Unicef, a prática de esportes é fundamental para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, pois aumenta a capacidade de aprendizagem, desenvolve outras aptidões e oferece aos pequenos cidadãos mais oportunidades para uma vida saudável. Líder mundial em conhecimento relacionado à infância e à adolescência, o Unicef adota o esporte para o desenvolvimento como uma estratégia transversal em suas ações de redução das iniquidades para, dessa forma, promover a universalização dos direitos e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

No ano de 2010, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em parceria com o Instituto Sou da Paz (ISP) e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud), realizou uma pesquisa extensiva com o objetivo de mapear e sistematizar as principais experiências de prevenção da violência destinadas à

juventude em curso até aquele momento. A investigação foi proposta pelo Ministério da Justiça, no âmbito das ações do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), e ficou conhecida como Projeto Juventude e Prevenção da Violência: sistematização de experiências de prevenção à violência entre jovens. Analisando-se os elementos constitutivos de cada uma das políticas apresentadas, foi possível constatar que, de maneira geral, seus pressupostos e objetivos convergem com o entendimento de que o esporte e o lazer possuem características próprias, capazes de incutir determinados valores positivos nos beneficiários das ações, a ponto de prevenirem a incidência da violência em um dado território, melhorarem a qualidade de vida da população, criarem uma cultura de paz, promoverem a inclusão social e difundirem entre os jovens um senso compartilhado de cidadania.

Assim, o aperfeiçoamento da Lei de Incentivo ao Esporte do Estado além de necessária, permitirá não só o incremento da formação de atletas, mas principalmente o crescimento de uma Política Pública importante como instrumento de desenvolvimento humano e de melhorias na área da segurança pública, da saúde, da educação e na difusão de bons valores e da convivência comunitária.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Esporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 789/2019

Dispõe sobre a responsabilidade do pagamento de IPTU para o proprietário do imóvel, e não para o locatário.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A responsabilidade do pagamento de IPTU é exclusiva do proprietário do imóvel.

Parágrafo único – Fica proibida a transferência de responsabilidade para o locatário por meio de contrato particular.

Art. 2º – Os contratos em vigência não serão atingidos pela nova lei, permanecendo como estão.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2019.

Deputado Cleitinho Azevedo (PPS)

**Justificação:** O presente projeto de lei busca dar efetividade, no âmbito estadual, ao que prevê o Código Tributário Nacional em seus artigos 32 e 34, e, principalmente a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Vejamos decisões do STJ:

"O STJ pacificou o entendimento de que o locatário, embora possuidor, não se enquadra no art. 34 do CTN, pois é pessoa estranha à relação jurídico-tributária, devendo ser decretada sua ilegitimidade para propor ação que envolva o pagamento de IPTU e outras taxas".(RESP 705097/SP, de 2005).

"O locatário não se reveste da condição de contribuinte nem de responsável tributário, por isso, não possui legitimidade ativa para impugnar o lançamento do IPTU". (RESP 299.563/SP de 2003).

"O locatário é parte ilegítima para litigar sobre questões relativas ao pagamento do IPTU, pois não se reveste da condição de contribuinte, nem de responsável tributário".(RESP 228626/ SP, de 2001).

Sendo assim, não sendo o locatário parte legítima para usufruir de possíveis isenções ou descontos, questionar lançamentos indevidos ou até mesmo ser executado pela ausência de pagamento, não poderá também ser obrigado, por meio de contrato particular de locação, a se responsabilizar pelo pagamento do mesmo.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 790/2019

Dispõe sobre a proibição de veículos oficiais do Estado, utilizarem película protetora de insulfilm.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam proibidos os veículos oficiais do Estado, de utilizarem película protetora para vidros de veículos de insulfilm, sejam eles destinados para o transporte de passageiros ou não.

Parágrafo único – A proibição abrange todas as películas independente do grau de transmissão luminosa.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2019.

Deputado Cleitinho Azevedo (PPS)

**Justificação:** Com escopo no art. 37 da Constituição Federal, busca-se com o presente projeto de lei dar transparência e publicidade ao cumprimento da finalidade que é dada aos veículos oficiais do estado, sendo que a utilização de insulfilm nesses veículos tornam dificultoso a fiscalização, mesmo que popular, da destinação dada aos veículos utilizados pelo servidor público.

Não são raras as denúncias de desvio de finalidade dadas pelo servidor público que tem direito ao uso de veículo público, muitas das vezes inclusive com motoristas, sendo as principais, uso de transporte de filhos de servidores à escola, esposas às compras e até mesmo de transporte de objetos distantes do que realmente deveriam transportar.

Sendo assim, magistrados, membros do Ministério Público, defensores públicos, políticos e demais funcionários da Administração Pública, são vistos e devem se ver como servidores da sociedade. É ao interesse público que servem.

O Estado serve à sociedade, em um novo significado de interesse público. Neste contexto, a publicidade e a transparência configuram valores muito relevantes. Elas viabilizam a cognição pela sociedade de como está sendo efetivado o funcionamento da máquina estatal, seja em termos de seus custos (eficiência), seja em termos da consecução de suas finalidades (eficácia).

Saber como são gastos os recursos públicos e como são utilizados os produtos públicos é um dado muito relevante ao planejamento das atividades do Estado, mas, também, é uma prestação de contas muito importante ao interesse público e à sociedade, como um todo.

De antemão, antevendo possíveis justificativas para reprovação desse projeto de lei, esclarece que eventual alegação de "segurança" para quem utiliza o veículo com esta película, se refuta veementemente com o argumento que o servidor público têm o direito de utilizar o veículo fornecido pela Administração Pública, e não a obrigação, sendo assim, caso se sinta inseguro em utilizar o referido veículo, poderá fazer o uso de veículo próprio para sua locomoção.

Por todo o exposto, pedimos aos nobres Pares o apoio necessário para aprovação da presente proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 791/2019

Dispõe sobre a formação de banco de dados de tráfego e arrecadação, divulgação dos valores arrecadados a título de pedágio nas rodovias mineiras e dá outras providências.



A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – As praças de pedágio das rodovias estaduais deverão contar com sistema de monitoramento para a coleta e armazenamento de dados de tráfego e de arrecadação através de equipamentos contadores de tráfego e de arrecadação em moeda corrente, inclusive considerando os sistemas de pedágio eletrônico, devendo ser atendidas as seguintes especificações:

I – os equipamentos deverão ser instalados em caráter permanente e ininterrupto, permitindo o envio automático dos dados coletados, sem prejuízo da continuidade da coleta de dados durante sua transmissão, mantendo sua operação normal;

II – os equipamentos deverão realizar contagens para as classes de veículos definidas pelas resoluções e portarias vigentes do Conselho Nacional de Trânsito – Contran – ou do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran.

Art. 2º – Os dados de tráfego e arrecadação coletados servirão para formação de banco de dados que irá subsidiar a análise de fluxo de caixa, os estudos de ampliação de capacidade de tráfego, avaliações de níveis de serviço e desenvolvimento de projetos de restauração de pavimentos e deverão ser encaminhadas mensalmente aos órgãos competentes do Poder Executivo.

Art. 3º – Os dados de tráfego e arrecadação coletados deverão ser divulgadas à população em tempo real, em painéis eletrônicos externos, de fácil visualização, instalados em cada uma das praças de cobrança de pedágio, devendo constar as seguintes informações relativas ao respectivo trecho:

I – o número de veículos que passaram pelas respectivas praças de pedágio;

II – os valores arrecadados, em moeda corrente, no mês;

III – os valores arrecadados, em moeda corrente, no ano.

Parágrafo único – Os painéis de que trata este artigo deverão ser instalados no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta lei.

Art. 4º – As informações de que trata o artigo anterior deverão constar em informativo impresso mensal, de distribuição gratuita, a ser disponibilizado nas praças de cobrança de pedágio e enviado aos usuários que se cadastrarem para tal fim no sítio eletrônico mantido pela concessionária.

Art. 5º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2019.

Deputado Cássio Soares – PSD

Líder do Bloco Liberdade e Progresso

**Justificação:** O presente projeto de lei tem como principal objetivo a efetiva implementação do controle social dos valores arrecadados com a cobrança tarifária e dos valores investidos no cumprimento do contrato de concessão das rodovias mineiras. A gestão e a fiscalização dos contratos de concessão das rodovias são realizadas pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas e pelo Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem, embasadas na apuração das receitas e despesas, levando em consideração basicamente as obrigações contratuais e a necessidade de se manter o equilíbrio econômico-financeiro do acordo. Porém, apesar de essencial, o controle exercido pelo Poder Público é tão indispensável quanto o compartilhamento de poder de decisão entre o Estado e a sociedade sobre as políticas públicas e as prioridades de intervenção nas rodovias. A forma de disponibilização dos dados pela concessionária e pelo Poder Público são de natureza complexa e restrita, impedindo ou dificultando a compreensão do cidadão comum que deseja saber, resumidamente, o andamento das finanças da concessão. Com a ampla divulgação dos valores, é certo o aumento do interesse e da participação social na fiscalização dos serviços e da melhor forma de utilização dos recursos para tornar as rodovias mais seguras e conservadas, razão pela qual solicito o apoio dos colegas parlamentares para a aprovação deste projeto de Lei.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Arlen Santiago. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 278/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 793/2019**

Declara de utilidade pública a Associação do Conselho de Defesa Social – Acondes –, com sede no Município de Sete Lagoas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação do Conselho de Defesa Social – Acondes –, com sede no Município de Sete Lagoas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de maio de 2019.

Deputado Douglas Melo, Vice-Líder do Bloco Minas tem História (MDB).

**Justificação:** A Associação do Conselho de Defesa Social, com sede no Município de Sete Lagoas/MG, está em pleno e regular funcionamento desde 04 de janeiro de 2004 e realiza suas atividades dentro do previsto em seu estatuto social.

Esta entidade é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, com objetivos sociais e filantrópicos, com autonomia administrativa e financeira, tem como finalidades prestar apoio ao Conselho Municipal de Defesa Social agindo como gerador e gerenciador de recursos financeiros e de ações sociais, que consistirá principalmente em: gerenciar ajuda financeira para projetos de recuperação de unidades de detentos; gerar recursos através de eventos sociais beneficentes, gerar recursos através de campanhas junto à sociedade; gerenciar ajuda financeira para projetos que visem a defesa social do cidadão; habilitar-se a convênios financeiros municipais, estaduais e federais para o fim a que se destina; gerir todo e qualquer recurso destinado ao Conselho Municipal de Defesa Social; gerenciar ajuda financeira para restauração de equipamentos das polícias civil, Militar e Corpo de Bombeiros; elaborar e gerir projetos que atuem na área da defesa social como um todo.

Obedecendo os critérios da Lei nº 12.972, de 27 de julho de 1998, os cargos de administração da associação não são remunerados, seja a que título for, ficando expressamente vedado por parte de seus integrantes o recebimento de qualquer lucro, gratificação bonificação ou vantagem, conforme comprova o artigo 34º, do estatuto social da entidade.

A aprovação deste projeto irá proporcionar condições para a dinamização de suas atividades e concretização de todos seus objetivos.

Diante do exposto, observados os requisitos legais e verificada a importância da Associação do Conselho de Defesa Social, para a sociedade mineira, em especial para o município de Sete Lagoas/MG, conto com a colaboração dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Segurança Pública, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 794/2019**

Acrescente-se § 5º ao art. 1º da Lei nº 16.299, de 03 de agosto de 2006, que estabelece normas para a comercialização de vestuário próprio da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar e dos demais órgãos de segurança pública do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 1º da Lei nº 16.299, de 3 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

"Art. 1º (...)

§5º – Adotar-se-á flexão de gênero na identificação dos uniformes e instrumentos de trabalho nos cargos e funções dos profissionais de segurança pública."

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2019.

Deputada Marília Campos (PT)

**Justificação:** O projeto de lei apresentado é de suma importância, tendo em vista que a transformação da cultura das instituições se dá a partir de medidas que valorizem e reconheçam a participação feminina, e nesse caso a identificação de gênero legitima o lugar conquistado pelas mulheres nas diversas instituições.

Sendo assim, além de adaptar o vestuário próprio dos órgãos de segurança pública do Estado às necessidades do grupo feminino, proporcionando-lhe maior conforto e bem-estar na realização das atividades inerentes ao seu trabalho, como já prevê a lei, é preciso garantir a identificação de gênero dos cargos e funções nos uniformes e outros instrumentos de trabalho para as profissionais da área de segurança pública.

Conto com o apoio dos nobres colegas na aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Segurança Pública e dos Direitos da Mulher para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 795/2019**

Declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Ananazeiro, com sede no Município de Monte Azul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Ananazeiro, com sede no Município de Monte Azul.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2019.

Deputado Virgílio Guimarães, Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (PT).

**Justificação:** Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Ananazeiro tem como objetivo integrar-se com o serviço de extensão rural, outros órgãos ou pessoas interessadas em melhorar as condições socioeconômicas da comunidade de Monte Azul. Busca reunir recursos materiais, humanos e assistenciais através da união de esforços, colocado-os à disposição da comunidade para executar programas de desenvolvimento, bem como prestigiar, estimular e ajudar as iniciativas que beneficie a comunidade. Além disso, prestar atendimento as crianças e aos idosos carentes, conforme seu estatuto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 796/2019**

Declara de utilidade pública a Associação dos pequenos produtores e rurais de Maxixeiro, com sede no Município de Monte Azul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos pequenos produtores e rurais de Maxixeiro, com sede no Município de Monte Azul.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2019.

Deputado Virgílio Guimarães, Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (PT).

**Justificação:** A Associação dos pequenos produtores e rurais de Maxixeiro é uma sociedade civil sem fins lucrativos que tem como objetivo a prestação de serviços que possam contribuir para o fomento técnico e econômico das explorações agropecuárias, conforme seu estatuto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 797/2019

Declara de utilidade pública a Associação dos moradores do bairro Alvorada, com sede no Município de Monte Azul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos moradores do bairro Alvorada, com sede no Município de Monte Azul.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2019.

Deputado Virgílio Guimarães, Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (PT).

**Justificação:** A Associação dos moradores do bairro Alvorada é uma entidade sem fins lucrativos que tem como finalidade a melhoria e o bem-estar geral de todos através da cooperação, da bondade e da fraternidade.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 798/2019

Declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Bocaína, com sede no Município de Monte Azul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Bocaína, com sede no Município de Monte Azul.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2019.

Deputado Virgílio Guimarães, Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (PT).

**Justificação:** O Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Bocaína tem como objetivo integrar-se com o serviço de extensão rural, outros órgãos ou pessoas interessadas em melhorar as condições socioeconômicas da comunidade de Monte Azul. Busca reunir recursos materiais, humanos e assistenciais através da união de esforços, colocado-os à disposição da comunidade para

executar programas de desenvolvimento, bem como prestigiar, estimular e ajudar as iniciativas que beneficie a comunidade, de acordo com seu estatuto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 799/2019**

Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores e Familiares de Paus Preto, com sede no Município de Monte Azul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores e Familiares de Paus Preto, com sede no Município de Monte Azul.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2019.

Deputado Virgílio Guimarães, Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (PT).

**Justificação:** A Associação dos Agricultores e Familiares de Paus Preto tem como finalidade trabalhar pelo desenvolvimento da agricultora familiar, pela melhoria de vida e do bem-estar de sua área de abrangência; integrar-se com o serviço de extensão rural; desenvolver projetos assistenciais de combate à fome e a pobreza e criar instrumentos que ajudem a melhorar os efeitos da seca; proteção do meio ambiente, a saúde da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice, bem como promover a cultura e a educação, o esporte e o lazer.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 801/2019**

Determina que o DEER fiscalize todos as ondulações transversais (quebra-molas), do Estado, e que estes estejam nos padrões estabelecidos pela Resolução 600/2016 do Conselho Nacional de Trânsito – Contran.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais, deverá fiscalizar todas as ondulações transversais (quebra-molas) do Estado.

Art. 2º – Todas as ondulações transversais deverão estar de acordo com os padrões e critérios estabelecidos na resolução 600 de 2016 do Conselho Nacional de trânsito.

Art. 3º – As ondulações transversais que estejam divergentes do estabelecido na resolução do Conselho Nacional de Trânsito deverão ser adequadas à norma.

Art. 4º – A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de maio de 2019.

Deputado Braulio Braz – PTB

**Justificação:** As ondulações transversais, conhecidas como quebra-molas, são mecanismos usados para a redução da velocidade de veículos automotores em estradas, rodovias e perímetros urbanos. De acordo com a Resolução 600/2016, do Conselho Nacional de trânsito, para instalação destes redutores físicos, devem ser realizados estudos técnicos da engenharia de tráfego, e nestes devem ser identificados os índices ou riscos potenciais de acidentes. O fator determinante para a instalação, portanto, é o excesso de velocidade no local e ressalta-se que outras alternativas, também, devem ser estudadas.

Vale destacar que estes mecanismos apresentam grande redução nos índices de acidentes, e possuem eficácia comprovada no tocante ao controle da velocidade dos veículos automotores.

Ocorre que as manutenções e adequações à norma do CONTRAN devem ser realizadas rotineiramente, devendo todas as ondulações transversais, vulgo quebra-mola, estarem de acordo com a referida resolução.

As ações de fiscalização destes mecanismos trariam segurança à população, pois há várias ondulações transversais fora do padrão e, ao invés de diminuir ou inibir, causam acidentes. Um motorista que trafega por rodovias de outro Estado, por exemplo, com certeza se assusta com a desproporcionalidade de alguns quebra-molas que temos em Minas Gerais. Motociclistas, que são os mais frágeis no trânsito, depois dos pedestres, também correm riscos pois com uma frenagem brusca, por exemplo, ele pode perder seu equilíbrio, peça-chave para conduzir a motocicleta, e vir ao solo. Tudo isso configura gastos do Estado com tratamento médico de possíveis acidentados e prevenir, através de fiscalização e correção de falhas, é o melhor a fazermos.

O intuito deste projeto é, portanto, que a legislação seja aplicada em nosso Estado, e que todas as ondulações transversais que estejam irregulares, sejam adequadas.

Solicito, portanto, o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Transporte para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.305/2019**

Do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Bráulio Soares, professor de capoeira para pessoas com deficiência, pela conquista do Prêmio Bom Exemplo 2019, na categoria Cidadania. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

#### **REQUERIMENTO Nº 1.306/2019**

– O Requerimento nº 1.306/2019 foi publicado na edição anterior.

#### **REQUERIMENTOS**

Nº 1.307/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja assegurada, em caráter prioritário, a implementação da Lei nº 23.137, de 2018, que dispõe sobre o pagamento de indenização aos filhos segregados de pais com hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório em Minas Gerais, e do Decreto nº 47.560, de 2018, que a regulamenta, a começar pela reunião e início das atividades da comissão de avaliação, conforme previsto nos arts. 4º, 5º e 6º do referido decreto.

Nº 1.308/2019, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à CPI de Brumadinho da Câmara dos Deputados pedido de providências para que sejam estudados mecanismos de prevenção contra a sonegação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem – por parte das mineradoras, com sua devida inserção na legislação pertinente, em especial na definição de critérios de cálculo da contribuição.

Nº 1.309/2019, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à CPI de Brumadinho da Câmara dos Deputados pedido de providências para que seja apresentado projeto de lei que estabeleça como obrigação do minerador a continuidade da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem – nos 24 meses subsequentes ao da paralisação ou da redução significativa da extração mineral motivada por esgotamento de jazida, incidentes técnicos, sinistros ambientais, suspensão de atividades por órgão ambiental ou ordem judicial, admitida a redução paulatina da contribuição a partir do 12º mês da paralisação.

Nº 1.310/2019, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à CPI de Brumadinho da Câmara dos Deputados pedido de providências para proposição de instrumentos legais que tornem obrigatória a aplicação de parcela das receitas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem –, auferidas pelos poderes públicos, em ações relativas à diversificação econômica, ao desenvolvimento mineral sustentável e ao desenvolvimento científico e tecnológico de municípios ou territórios mineradores, eventualmente por meio da criação de um Fundo de Diversificação Econômica de Municípios Mineradores, com gestão compartilhada entre as três esferas de Poder.

Nº 1.311/2019, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS – pedido de providências para que se torne público o estudo de análise técnica dos níveis do Lago de Furnas, concluído em maio de 2019, mencionado pelo Sr. Marcelo Roberto Rocha de Carvalho, representante do presidente da empresa de Furnas, em audiência pública realizada em 13/5/2019, que teve por objetivo debater a situação dos níveis baixos em que o reservatório da Usina Hidrelétrica de Furnas tem se mantido nos últimos anos e a viabilidade de se fixar uma cota mínima a ser respeitada pela hidrelétrica.

Nº 1.312/2019, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para que seja articulada, em parceria com as empresas e entidades representativas do setor minerário do Estado, a criação de um fundo privado de desenvolvimento de PD&I da mineração e atividades econômicas afins, com gestão participativa tripartite – setor produtivo, entidades de pesquisa e governo estadual –, constituído de recursos arrecadados das mineradoras por meio de mecanismo de renúncia fiscal condicionada à contribuição ao referido fundo.

Nº 1.313/2019, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e de Governo – Segov – pedido de providências para que a diversificação econômica nos municípios mineradores, calcada no desenvolvimento de serviços e produtos para a própria cadeia produtiva da mineração, seja proposta como meta do Estado no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e efetivamente refletida em programas e ações do Plano Plurianual de Ações Governamentais – PPAG.

Nº 1.314/2019, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao Sr. Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior, ministro de Minas e Energia, e à Sra. Christianne Dias, presidente da Agência Nacional de Águas, pelo não comparecimento e não envio de representantes à 3ª Reunião Extraordinária da comissão, em 13 de maio de 2019, que teve por objetivo debater a situação dos níveis baixos em que o reservatório da Usina Hidrelétrica de Furnas tem se mantido nos últimos anos e a viabilidade de se fixar uma cota mínima a ser respeitada pela hidrelétrica.

#### REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 516/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja o Projeto de Lei nº 1.358/2015 distribuído à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para parecer.

Nº 517/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja o Projeto de Lei nº 4.106/2017 distribuído à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para parecer.

Nº 518/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja o Projeto de Lei nº 4.330/2017 distribuído à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para parecer.

Nº 519/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja o Projeto de Lei nº 4.961/2018 distribuído à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para parecer.

Nº 520/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja o Projeto de Lei nº 5.362/2018 distribuído à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para parecer.

Nº 521/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja o Projeto de Lei nº 31/2019 distribuído à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para parecer.

Nº 523/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja o Projeto de Lei nº 332/2019 distribuído à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para parecer.

Nº 524/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja o Projeto de Lei nº 345/2019 distribuído à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para parecer.

Nº 526/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja o Projeto de Lei nº 151/2019 distribuído à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para parecer.

Nº 527/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja o Projeto de Lei nº 245/2019 distribuído à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para parecer.

Nº 531/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja o Projeto de Lei nº 473/2019 distribuído à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para parecer.

Nº 533/2019, da deputada Marília Campos, Reque seja o Projeto de Lei nº 1.357/2015 distribuído à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para parecer.

Nº 534/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja o Projeto de Lei nº 566/2019 distribuído à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para parecer.

Nº 535/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja o Projeto de Lei nº 316/2015 distribuído à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para parecer.

Nº 537/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja o Projeto de Lei nº 3.041/2015 distribuído à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para parecer.

Nº 540/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.681/2015, do deputado Missionário Marcio Santiago.

Nº 548/2019, do deputado Bruno Engler, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 748/2019.

Nº 550/2019, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer que o Projeto de Lei nº 492/2019 seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Direitos Humanos perdeu o prazo para emitir parecer.

#### **Comunicações**

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Segurança Pública, de Agropecuária, de Cultura e de Direitos Humanos.

#### **Oradores Inscritos**

– O deputado Cleitinho Azevedo profere discurso, que será publicado em outra edição.



**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA**

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior e determina que o Projeto de Lei nº 3.611/2016 seja distribuído também à Comissão de Administração Pública, em razão da natureza da matéria. Ficam mantidos a distribuição às Comissões de Justiça e dos Direitos da Mulher, bem como os demais atos processuais praticados até o momento.

Mesa da Assembleia, 30 de maio de 2019.

Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente, no exercício da presidência

**Comunicação da Presidência**

– A Comunicação da Presidência, informando ao Plenário sobre os requerimentos aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, foi publicada na edição anterior.

**Leitura de Comunicações**

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Segurança Pública, de Agropecuária, de Cultura e de Direitos Humanos, cujos teores foram publicados na edição anterior.

**Despacho de Requerimentos**

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 548/2019, do deputado Bruno Engler, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 748/2019 (Arquive-se o projeto.); nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 540/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.681/2015; e, nos termos do inciso VII do art. 232, c/c o art. 140, do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 550/2019, do deputado Delegado Heli Grilo, em que solicita que o Projeto de Lei nº 492/2019 seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído.

**Encerramento**

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/5/2019**

Às 15h38min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e os deputados Betão e Bruno Engler, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Leninha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de e-mail, pelo Fale com as Comissões, do Sr. Marcelo dos Santos, encaminhando registro da reclamação enviada à ouvidoria de penitenciária e de polícia, referente a atuação

de policiais da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e de delegado da Polícia Civil. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Aida Iris de Oliveiras, diretora de Gestão Interna da Presidência da República (3/5/2019), e Maria do Carmo Brant de Carvalho, secretária Nacional de Assistência Social (9/5/2019). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.909/2019, das deputadas Leninha, Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada visita à Casa de Direitos Humanos, no Município de Belo Horizonte, para verificar a continuidade, no governo atual, da prestação dos serviços e programas desenvolvidos em seu âmbito, destinados a promoção, proteção e reparação de direitos ameaçados ou violados;

nº 1.912/2019, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a atuação dos centros de referência em direitos humanos – CRDH – do Estado e os resultados do trabalho por eles desenvolvidos, como equipamento de integração de serviços e ações de promoção e proteção de direitos humanos para o fomento à ampliação da cidadania e da participação social no Estado;

nº 1.913/2019, das deputadas Leninha, Andréia de Jesus, Marília Campos e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja assegurada, em caráter prioritário, a implementação da Lei nº 23.137, de 2018, que dispõe sobre o pagamento de indenização aos filhos segregados de pais com hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório em Minas Gerais, e do Decreto nº 47.560, de 2018, que a regulamenta, a começar pela reunião e início das atividades da comissão de avaliação, conforme previsto nos arts. 4º, 5º e 6º do referido decreto;

nº 1.920/2019, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a violência contra a pessoa idosa por ocasião do Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa;

nº 1.941/2019, da deputada Leninha, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convidada a Comissão de Agropecuária e Agroindústria, para debater os níveis de agrotóxicos presentes na água consumida no Brasil, e especialmente em Minas Gerais, com base na pesquisa Por Trás do Alimento, realizada pelas organizações Agência Pública, Repórter Brasil e Public Eye, divulgada em 15/4/2019, compreendendo o acesso à água limpa e segura como um direito humano essencial;

nº 2.024/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos moradores de Vila Nova, Beira Linha e Morro do Calango, que ocupam área desativada da extinta Rede Ferroviária Federal, localizada nos Bairros Pilar e Olhos D'água, em Belo Horizonte, tendo em vista que o direito à moradia é considerado um direito humano universal;

nº 2.050/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a aplicação da Lei nº 23.137, de 2018, que dispõe sobre o pagamento de indenização aos filhos segregados de pais com hanseníase, submetidos à política de isolamento compulsório em Minas Gerais;

nº 2.063/2019, da deputada Leninha, em que requer seja realizada audiência pública para debater a soberania e a segurança alimentar, o acesso à água para o abastecimento humano e o acesso à água para a produção de alimentos na perspectiva da convivência com o semiárido como direitos humanos, tendo em vista o agravamento das condições climáticas e o reflexo nas políticas públicas nos últimos anos;

nº 2.066/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação do fornecimento da água consumida no Bairro Citrolândia, em Betim, tendo em vista que o direito à água potável é um direito humano universal e há sinais de que a qualidade da água utilizada no bairro pode estar comprometida, uma vez que o abastecimento da região é feito através do sistema de captação do Rio Paraopeba, afetado com o rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho;

nº 2.107/2019, do deputado Glaycon Franco, em que requer seja realizada audiência pública para debater, no âmbito dos direitos humanos, problemas e soluções relacionadas aos estabelecimentos do sistema prisional no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.

#### **ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/5/2019**

Às 14h20min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Gustavo Mitre e Doutor Jean Freire (substituindo a deputada Marília Campos, por indicação da liderança do BLD), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 2.131/2019, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite, Doutor Jean Freire e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado e à ONG Trem pedido de providências para que, no projeto de retomada da Linha Mineira entre Belo Horizonte e Mariana, seja incluído o Distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2019.

João Leite, presidente – Gustavo Mitre – Glaycon Franco – Marília Campos.

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/5/2019**

Às 13h45min, comparece na Sala das Comissões o deputado Bruno Engler (substituindo o deputado Coronel Henrique, por indicação da liderança do Bloco Liberdade e Progresso), membro da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antonio Carlos Arantes e Professor Cleiton. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bruno Engler, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a cadeia produtiva cafeeira no Estado e o atual cenário econômico do setor. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Sílvia Caroline Listgarten Dias, chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, representando o secretário; e Aline de Freitas Veloso, coordenadora da Assessoria Técnica da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg –, representando o presidente; e os Srs. Níwton Castro Moraes, assessor técnico do Café da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, representando a secretária; Rubens José Amaral de Brito, representando o presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG; João Felipe Valentim de Magalhães Lauer, gerente de Análise de Crédito do BDMG; Armando Mattiello, presidente da Associação dos Cafeicultores do Brasil; Bernardino Cangussu Guimarães, coordenador da Cafeicultura da Emater; Geraldo Magela da Silva, analista institucional do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Ocemg –, representando o presidente; Nelson Guedes de Moura Filho, auditor fiscal federal Agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Superintendência de Agricultura em Minas Gerais, representando o

superintendente interino do ministério; e Marco Antonio Jacob, diretor da Associação dos Cafeicultores do Brasil. A presidência concede a palavra ao deputado Antonio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Em seguida, o Sr. Armando Mattiello, presidente da Associação dos Cafeicultores do Brasil, entrega ao deputado Bruno Engler e ao autor do requerimento, deputado Antonio Carlos Arantes, o documento “Sugestão de uma política cafeeira mundial”. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2019.

Coronel Henrique, presidente – Doutor Jean Freire – Inácio Franco.

**ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/5/2019.**

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Cássio Soares, Noraldino Júnior e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Virgílio Guimarães, João Leite, Bartô e Bruno Engler. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, ouvir, na condição de testemunhas, os Srs. Germano Luiz Gomes Pereira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Anderson Silva de Aguiar, secretário adjunto dessa secretaria, para que prestem esclarecimentos perante esta comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, encaminhando respostas aos Requerimentos nºs 744 e 1.250/2019, e e-mail da Sra. Rejane Márcia Alves Borges de Moraes, moradora do Córrego do Feijão, denunciando a atuação da mineradora MIB Ibitiré Ltda. nessa localidade e informando que a Vale S.A. não vem atendendo às demandas dos moradores, após o rompimento da Barragem B1 do Córrego do Feijão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento, cada um por sua vez, os Srs. Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, Anderson Silva de Aguiar, secretário-adjunto da Semad, e Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários da Semad. A presidência concede a palavra ao deputado André Quintão, relator da comissão, para seus questionamentos iniciais. Logo após, passa a palavra aos deputados membros da comissão para seus questionamentos. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.177/2019. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.199/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados André Quintão, Sargento Rodrigues, Bartô, Noraldino Júnior e Gustavo Valadares, em que requerem sejam requisitadas à Agência Nacional de Mineração – ANM – informações que esclareçam se a Vale S.A. solicitou ou já tem autorização dessa agência para explorar área próxima ao Córrego do Feijão, em Brumadinho, atingida pelos rejeitos da Barragem B1, conforme matéria jornalística, e, em caso positivo, seja requisitada a essa agência cópia integral do processo administrativo em que houve o requerimento e a autorização para exploração minerária dessa área; e, ainda, informações que esclareçam se a referida autorização diz respeito, no todo ou em parte, à área ocupada por moradores do local, atingida pelo rejeito da barragem;

nº 2.212/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, André Quintão e Noraldino Júnior, em que requerem sejam os documentos recebidos da TÜV SÜD, contendo informações pessoais dos Srs. Makoto Namba e André Yassuda, classificados como sigilosos, com restrição de acesso pelo prazo de 100 anos.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 2.203/2019, dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, Bartô e Noraldino Júnior, em que requerem sejam requisitadas à Tüv Süd informações consubstanciadas em cópias de todos os contratos firmados com a Vale S.A., bem como em documentação de todos os pagamentos realizados aos Srs. André Jum Yassuda e Makoto Namba, com a respectiva documentação comprobatória;

nº 2.214/2019, dos deputados Gustavo Valadares, Noraldino Júnior, André Quintão e Sargento Rodrigues, em que requerem sejam convocados, na condição de testemunhas, os Srs. Tércio Andrade Costa, operador do radar interferométrico da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, e Tales Bianchi, gerente de planejamento da Vale S.A., para prestarem esclarecimentos a essa comissão.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2019.

Gustavo Valadares, presidente – Sargento Rodrigues – André Quintão – Cássio Soares.

#### **ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/5/2019**

Às 19h6min, comparece na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos sociais decorrentes das atividades da mineradora Itaminas Comércio de Minérios, no Município de Sarzedo, e as reiteradas violações de direitos humanos dos atingidos pela mineração, sobretudo em razão das dúvidas da estabilidade das barragens existentes na região. A seguir, comunica o recebimento de ofícios da Sra. Isabela de Carvalho, promotora de justiça da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ibirité, e do Sr. Marcelo Pinheiro do Amaral, prefeito de Sarzedo, em que justificam ausência nesta reunião. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Antônio Lopes de Carvalho Filho, coordenador do Núcleo de Vulneráveis em Situação de Crise da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG –, representando o defensor público-geral do Estado; Ravel Marques, militante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM –, representando a coordenadora do MAM; Gilvander Luis Moreira, coordenador da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais – CPT-MG; Henrique Lazarotti de Oliveira, da Comissão de Moradores de Sarzedo pelo Fim das Barragens; Adriano Tostes de Macedo, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente no Estado de Minas Gerais – Sindsema –, representando o subsecretário de Regularização Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A presidenta, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2019.

Leninha, presidente – Andréia de Jesus – Betão.

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/5/2019**

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Jean Freire, André Quintão e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.741/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a qualidade do ar na região do Alto Jequitinhonha ocupada pela monocultura do eucalipto e pelo carvoejamento;

nº 2.174/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a convivência com a seca no Vale do Jequitinhonha;

nº 2.227/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada visita às estações de integração São Gabriel e Venda Nova, no Município de Belo Horizonte, para verificar se estão sendo cumpridas as normas que estabelecem a atuação de cobradores nas linhas de transporte público de passageiros;

nº 2.228/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a qualidade dos serviços prestados pela Copanor e pela Copasa-MG na região do Vale Jequitinhonha.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente – Marquinho Lemos – Cleitinho.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Brumadinho.**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Sargento Rodrigues, André Quintão, Cássio Soares, Glaycon Franco e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/6/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, ouvir, na condição de investigado, o Sr. Gerd Peter Poppinga, diretor executivo de Ferrosos da Vale, sobre as causas do rompimento da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, no Município de Brumadinho, em 25/1/2019.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2019.

Gustavo Valadares, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Visita da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 4/6/2019, às 14 horas, aos arredores da Barragem Sul Superior da Mina Gongo Soco e às margens do Rio São João, no Município de Barão de Cocais, com a finalidade de apurar possíveis violações dos direitos humanos praticados pela Vale em relação aos atingidos direta e indiretamente pela referida barragem.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2019.

Leninha, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/5/2019**

O deputado Cristiano Silveira\* – Boa tarde, Sr. Presidente, colegas deputados, público que nos acompanha aqui nas galerias e também telespectadores da TV Assembleia.

Eu me inscrevi hoje, presidente, para poder conversar um pouco aqui com os colegas e também com o povo mineiro sobre algumas questões que têm nos preocupado. Presidente, estamos acompanhando a situação da cidade de Barão de Cocais. Há a possibilidade, a qualquer momento, de rompimento de mais uma barragem em nosso estado. A cidade toda está em alerta, em pânico, as pessoas não dormem, e a pergunta que fica é a seguinte: em que momento essa barragem se romperá? Vamos rezar e torcer para que haja um bom plano e que não tenhamos vítimas fatais em decorrência dessa tragédia. Mas sabemos que teremos consequências desse rompimento quando ele ocorrer.

Eu me lembro, presidente, de que no mandato passado, ainda como presidente da Comissão de Direitos Humanos – e já repeti isso aqui na tribuna –, fui o deputado que mais debateu e atuou sobre a questão minerária, os impactos minerários em Minas Gerais. Relembrei aqui Conceição do Mato Dentro, o caso da Anglo; relembrei o Parque da Serra do Brigadeiro, com o frei Gilberto, na região do Belisário; relembrei aqui Mariana. Fomos a primeira comissão a estar naquela cidade; relembrei a audiência em Congonhas, em Paracatu. Enfim, foram vários eventos.

Eu me lembro que, depois da audiência em Mariana, o senador Paulo Paim fez o convite para que estivéssemos na Comissão de Direitos Humanos do Senado para discutir o que havia ocorrido em Mariana, com a presença da empresa Samarco. E me lembro que naquela audiência – veja quanto tempo tem – falei com o senador Paulo Paim que com esse problema, em se tratando de barragens em Minas Gerais, lamentavelmente, essa não seria a última. Estou falando lá de Fundão, de Mariana. Vejo que depois ocorreu em Brumadinho, e lamentavelmente já temos Barão de Cocais no farol, sem dizer daquelas outras que têm risco mas ainda não estão nesse farol de monitoramento.

Veja a situação em que vive o Estado de Minas Gerais. Como o Estado vem sendo tão sacrificado pelas consequências e pela irresponsabilidade desse modelo de mineração que temos hoje! Dizia ao senador Paulo Paim que não seria a última, infelizmente, porque aquela já não era a primeira, deveria ser o sexto ou sétimo rompimento com impacto, forte impacto, inclusive com vítimas, que tinha ocorrido. E, como pouco havia se adotado de medidas, de aprendizado, de mecanismo de controle, de fiscalização, isso voltaria a ocorrer. Só não sabíamos ainda onde e quando. Agora parece que sabemos, vai ser em Barão de Cocais.

Então aqui temos de trazer essa preocupação com esse modelo que temos. Sei que na Assembleia, já no começo da nossa legislatura, o primeiro projeto aprovado por todos os colegas aqui foi o das barragens, criando uma legislação mais rigorosa,

proibindo o modelo de barragem a montante, criando um prazo para que essas barragens sejam desativadas, com a consequente recuperação. Acho que a Assembleia avançou, Doutor Wilson, avançou muito na resposta que demos aqui.

Agora tem uma outra questão que ainda não foi votada. Um dos meus primeiros requerimentos, já nesta legislatura, foi para que o governador Romeu Zema desarquivasse o projeto dos atingidos por barragens. Aprovamos um projeto que tratava das barragens, e tramita aqui um outro que foi construído com o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens –, que trata dos atingidos: o que o Estado faz com os atingidos, qual é a política que temos para os atingidos por barragens e todos os modelos de barramento, não só os modelos derivados da mineração.

Aí penso que o governador precisa dar essa resposta. Ele precisa ter a coragem de desarquivar esse projeto e permitir que a Assembleia Legislativa possa debater, possa discutir e possa aprovar um projeto tão importante – volto a dizer –, construído com aqueles que são o objeto da proposta da lei, que são os atingidos pelas barragens em Minas Gerais. Então é lamentável. Já estamos encerrando o quinto mês de governo do governador Romeu Zema. Fizemos esse pedido em audiências, fizemos em forma de requerimento em Plenário e, até agora, não tivemos uma postura do governador para desarquivar esse projeto.

Temos de insistir, deputada Marília. Essa é uma agenda importante, é uma outra forma de respondermos ao que tem ocorrido em Minas Gerais com relação às barragens. Sempre digo aqui, deputado Elismar, que quando há tragédias como essa, há três momentos: o socorro imediato às vítimas; o segundo, que é a apuração dos fatos com punição rigorosa de responsáveis.

Nesse ponto da apuração das responsabilidades, acho que a coisa está arrefecendo, está esfriando. Em Mariana, até hoje ninguém tem responsabilidade. Em Brumadinho, o trem está ficando bambo também. E o terceiro momento é o aprendizado, é o que se aprende, é o que se melhora nos processos, nas tecnologias e também nas legislações, e aí, sim, é o que compete ao Poder Legislativo e ao governo estadual. É preciso que o governador tenha sensibilidade não só com as mineradoras, mas também com o povo de Minas Gerais, que são os atingidos.

A deputada Leninha (em aparte)\* – Obrigada, deputado Cristiano. Caros colegas, Sr. Presidente, é importante destacar essa questão de Barão de Cocais. Estivemos lá na semana passada, com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, mas foi uma primeira visita, e fizemos com a comunidade de lá o acompanhamento de algumas famílias. Estivemos na cidade com o Pe. Zé Maria, que vem também fazendo um trabalho lá. E é impressionante, deputado, como a Vale é ausente em um momento tão tumultuado para aquela comunidade; como a Vale retira somente os doentes e acamados e deixa os outros idosos; como o Ministério Público também está ausente assim como a Defensoria.

Estávamos lá no dia em que fecharam as agências do Banco do Brasil e dos Correios, ou seja, a cidade está parada há três meses. O que é mais grave, deputado, é que a gente vê toda a estrutura do Estado a serviço da empresa. Lá estavam Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, ou seja, é um lugar onde as pessoas estão completamente abandonadas. Estão há três meses sem dormir direito. As pessoas estão falando que cochilam durante o dia, e à noite, quando há mais pessoas dentro de casa, uma dorme e a outra fica acordada em alerta, porque, se tocar a sirene, terão de sair correndo. É uma cidade abandonada.

Nós, da Comissão de Direitos Humanos, vamos fazer uma visita oficial da Assembleia. Estamos tentando criar essa articulação, retomar o diálogo com o Ministério Público, com a Defensoria para que possamos, pelo menos, instalar um ambiente onde as pessoas não se sintam tão abandonadas e tão violadas no direito de estar em sua cidade.

Hoje, às 17 horas, vamos debater a violação de direitos, diante da insegurança e da desorganização imposta às comunidades em treinamentos e simulações decorrentes do risco de rompimento de barragem em todo o Estado. Será hoje, às 17 horas, no Plenarinho II. Convocamos também os parlamentares que estão preocupados com essa situação e que foram convocados pelo Gabinete de Crise Sociedade Civil. A ideia dessa plataforma de informações e justiça socioambiental em Minas Gerais é não podermos permanecer com o silêncio, ainda sobre Brumadinho, com o silêncio e uma omissão danada com Mariana e agora abandonar o povo lá de Barão de Cocais. É fundamental que toda esta Casa, que os deputados possam participar desta audiência



pública hoje. E, mais do que isso, que possamos estar presentes, estar lá juntos com a comunidade de Barão de Cocais. Muito obrigada pelo aparte.

O deputado Cristiano Silveira\* – Obrigado, Leninha. Quero cumprimentá-la, Leninha, pois você continua como presidente da Comissão de Direitos Humanos, pautando essa questão dos impactos minerários. A Comissão de Direitos Humanos tem essa tradição, que vem desde antes de termos assumido o último mandato. E vejo que você continua com a mesma responsabilidade, com o mesmo compromisso. Então quero cumprimentá-la, porque esse tema é muito sério, muito grave.

Quando a coisa esfria, são poucos deputados que continuam pautando o assunto e solidários com os atingidos. Quando o trem desaba e há centenas, dezenas de mortos, todo o mundo fica sensível, todo o mundo fica comovido, todo o mundo quer resolver o problema, todo o mundo quer fazer alguma coisa. Se esta Assembleia pode fazer algo de concreto, além da nossa solidariedade, é pressionar o governo para que ele desarquive esse projeto dos atingidos. Volto a dizer: a Assembleia foi excepcional ao ter aprovado, como primeiro projeto, o projeto das barragens. Agora temos de ir além e falar para o governador desarquivar: “Desarquive o projeto que trata dos atingidos”. Foi iniciada a tramitação com o governador Fernando Pimentel, o projeto foi apresentado pelo governador Pimentel, arquivado ao final da legislatura, porque não deu tempo ser aprovado, e agora ele precisa ser desarquivado. Peço esse apoio à Comissão de Direitos Humanos para que essa matéria também esteja no nosso foco, no nosso farol de luta. Então quero cumprimentá-la, pois vejo o tanto que você tem se dedicado a essas questões.

Outro ponto que quero trazer aqui é a respeito da capacidade do governador de ouvir os deputados. Ouvir deputado, Betão, não é fazer o que o deputado quer, mas é, pelo menos, parar para pensar sobre o que o cara está dizendo. Não é possível que ele acha que todo o mundo aqui é mal-intencionado e que toda vez que diz alguma coisa e propõe algo para o governo está propondo para sabotar o governo, para as coisas darem errado.

Não se trata disso. Não é possível que o governador, evidentemente com toda a legitimidade que tem com o seu voto, trazendo, abre aspas, o “novo”, acha que é irrelevante a experiência de quem está aqui há 4, 8, 20 mandatos. A experiência é uma professora severa; ela dá o teste primeiro e a lição depois. Há coisas pelas quais ele não precisa passar nem se submeter se tiver a capacidade de ouvir a Assembleia de Minas Gerais. Volto a dizer, não tem de concordar, mas ouvir e refletir um pouquinho sobre isso. Só refletir!

Eu me lembro, Betão, de que há um tempo eu falei aqui no Plenário sobre o problema dos equipamentos e veículos suspensos pelo governador. Eu citei especificamente os microextratores, pois havia emenda parlamentar minha lá, na Emater, com todos os termos assinados com prefeitos e data marcada para entrega. O governador suspendeu tudo, alegando que tinha de fazer inventário para saber de tudo o que havia. Na verdade, eu falei dos microextratores, mas estou vendo um deputado colega nosso, o Cleitinho, a todo momento ir a algum estacionamento, a alguma garagem mostrando ônibus, mostrando carro, mostrando viatura, mostrando ambulância. A gente sabe, tudo bem, existe a questão da burocracia, as prefeituras precisam estar com os documentos em dia, deputado Ulisses. Nós sabemos disso tudo, mas já temos cinco meses. Precisamos ter uma capacidade de dedicação. Não é o problema dos tratorzinhos, pois a documentação está toda *O.K.*, já foi publicado, as prefeituras estão em dia. Simplesmente o governo diz que é para fazer inventário sobre a questão do patrimônio.

Naquele dia eu disse ao governador, e espero que ele não tenha me interpretado mal, que não sou produtor rural, eu não planto, eu não sou pequeno agricultor, eu não estou lá no Norte de Minas, eu não estou na Zona da Mata, eu não estou no Campo das Vertentes produzindo, eu não sou produtor rural. Mas nós temos muito compromisso com esse povo porque sabemos que ele trabalha debaixo de sol e são esses caras que colocam 80% da comida na nossa mesa. O agronegócio é importante, ajuda a balança comercial, mas quem põe a comida na nossa mesa – deputado Jean, V. Exa. sabe bem disso porque atua com os agricultores na sua região – são os pequenos, a agricultura familiar. Então, esse tipo de equipamento, seja um *kit* feira, seja uma secadora de café ou prova de café, seja um microtrator, é para o produtor, não é para nós. O governador, quando retém esse tipo de equipamento, está atrapalhando a vida

do homem do campo. Governador Romeu Zema, não é para o deputado Cristiano Silveira! Volto a dizer, não é para o deputado Cristiano Silveira! Já existem as prefeituras definidas, os produtores e as comunidades que serão atendidas. Eu poderia falar aqui da notícia que o deputado Cleitinho trouxe sobre os veículos, mas estou batendo nessa tecla porque a entrega já estava marcada e foi suspensa.

Eu espero então que o governador me escute agora ao fazer aqui uma referência à sua fala no jornal *O Tempo*, de hoje: (-Lê:) “O governador de Minas Gerais Romeu Zema se desculpou pelo que chamou de distanciamento dos deputados estaduais durante os primeiros cinco meses do governo e afirmou que pretende, a partir de agora, estar mais próximo dos parlamentares na Assembleia. Segundo o governador, foi preciso primeiro colocar ordem na casa para depois cuidar da relação com o Legislativo. ‘Dentro do possível, nós vamos estar juntos de todos os deputados’”. Governador, eu teria toda a disponibilidade para recebê-lo, tomar um café e conversar, porém, mais que estar perto de mim, o senhor tem que estar perto do povo de Minas, tem que estar perto do trabalhador rural, tem que estar perto dos professores, tem que estar perto dos policiais. Esteja mais perto do povo de Minas! Nós aqui temos a mesma legitimidade do voto que o senhor tem e que o elegeu. Nós fomos também eleitos pelo mesmo povo mineiro, e tenho a certeza de que o Poder Legislativo, pelo seu perfil de representatividade, fala com muita legitimidade em nome do povo mineiro. Faço este pedido: escute o povo de Minas Gerais.

Para encerrar, presidente, eu quero fazer um novo apelo ao governador Romeu Zema. Que ele possa, deputado Ulisses, convocar os concursados da Emater. É preciso ampliar a extensão, está faltando técnico extensionista para cuidar também do pequeno produtor. Já existe um concurso pronto, homologado. É só o governador convocar.

O deputado Ulysses Gomes (em aparte)\* – Nobre deputado Cristiano, deputadas e deputados que nos acompanham, eu queria fazer coro à palavra de V. Exa. em relação aos equipamentos. Obviamente, a questão se torna talvez menor quando você fala de um equipamento ou outro, mas o pano de fundo disso é muito sério, porque muitos agricultores estão sendo penalizados. Isso tem a ver com indicações de V. Exa., minha e de vários deputados aqui, mais uma dezena de deputados. Mas tem a ver também com equipamentos que estão ali parados, num governo que já está completando o sexto mês.

O que fica claro lamentavelmente para a gente é que o governo parece que está esperando passar um tempo para que esses equipamentos não sejam vistos como equipamentos comprados e adquiridos por outra gestão, no caso da gestão do ex-governador Pimentel. Essa motivação é muito pequena. É triste, da nossa parte, ter que afirmar isso porque não interessa quem comprou, interessa que o dinheiro é público. O que vale dizer é que esse dinheiro é público, o bem é público e o bem é direito dos agricultores, que estão, por exemplo, deixando de ter pequenos tratores; de famílias que estão deixando de usar aqueles kits-feiras, que estão parados lá; dos que estão deixando de receber o beneficiamento de equipamentos vinculados ao programa Mais Genética, que estão parados. Na Emater são vários.

Poderíamos estender, como V. Exa. muito bem disse, para terminar, para equipamentos que são usados de uma forma um pouco demagoga pelo governador e por alguns deputados que filmam ambulância, filmam carros, filmam ônibus que, na verdade, estão seis meses parados. Qual é o governador atual? Qual governo está trancando nesses pátios equipamentos que já poderiam ser entregues? Isso não falam, porque fere o atual governo.

Então, o que temos de falar para o cidadão mineiro que acha bonitas essas críticas, que acha bonitos esses gritos desses equipamentos e que, na prática, não vê o porquê de estarem parados é que eles estão parados por um motivo pequeno, lamentavelmente; por uma politicagem que quer deixar o tempo passar para não dizer quem comprou. Mas não interessa, nesse caso, quem comprou. Interessa o beneficiário lá na ponta, o pequeno agricultor, o cidadão que precisa desse equipamento que está parado.

Quero fazer coro a V. Exa. Lamentavelmente, vários equipamentos estão deixando de atender o cidadão. Não é o deputado Cristiano, não é o deputado Ulysses, não são os demais deputados.

O cidadão mineiro está sendo prejudicado, porque um governo, por pecuinha, está deixando o tempo passar para dizer: “Esses são os meus equipamentos e resolvi um problema”. Um problema que há seis meses não é problema, porque o equipamento está parado e comprado. Vamos entregar, governador. O cidadão mineiro quer entrega, quer resultado, e é o que a gente está procurando fazer aqui, como V. Exa. muito bem disse. Todos aqui são eleitos de forma legítima, como o governador foi e precisa dar resultado. A nossa ação de cobrança é nesse sentido. Governador, ouça o que o povo precisa: esses equipamentos precisam ser entregues. Parabéns, deputado.

O deputado Cristiano Silveira\* – Obrigado, presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta\* – Muito obrigado. Boa tarde a todos, boa tarde a todas. Quero, neste espaço que disponho de 15 minutos – gostaria muito da participação do deputado Cleitinho no meu pronunciamento – tocar em dois assuntos. Primeiro, vou falar de um assunto que me preocupa muito: a questão da Cemig. O segundo assunto é o programa que o Estado vai lançar agora, Cleitinho, que é o programa de concessão de rodovias em Minas Gerais.

Vamos lá: Cemig. Estive ontem na cidade de Janaúba. Fui à Nova Porteirinha, passei em Janaúba, onde vi uma movimentação, de um momento para outro, de um programa de implantação de energia alternativa, de energia fotovoltaica. Eles estão com um movimento muito grande. Milhares de empregos para instalação do parque fotovoltaico, e também a construção de uma rede de transmissão que vai integrar toda essa energia na rede convencional que temos aqui, João, que é da Cemig.

Fiquei analisando e fiquei pensando neste novo momento por que o Brasil está passando. Olhem, acabou o tempo das hidrelétricas. Não adianta mais, ninguém vai construir mais hidrelétricas. Primeiro, porque nós não temos água; segundo, são construções muito caras; e, terceiro, geram também uma energia muito cara para o contribuinte.

O que tem, tem. Daqui a pouco tempo, podem saber que irão desativar essas hidrelétricas que temos no País: Três Marias, Itaipu, Irapé. Daqui a pouco tempo, essas barragens servirão apenas para armazenar água para o povo beber e fazer irrigação.

Chegou a época agora das energias fotovoltaicas e eólicas. E a Cemig é o órgão mais burocrático que nós temos aqui em Minas Gerais, meu caro João Vítor. É um órgão que não abre sua caixa-preta, diretores ganham absurdos com jetons para participarem de reuniões, é uma empresa que não atende hoje a demanda do povo. Exemplo: em Montes Claros, João, há um distrito, chamado Pedra Preta, onde moram 1.500 pessoas, e que está sendo abastecido com caminhão-pipa. O prefeito de Montes Claros paga os caminhões-pipa para levar água. Foi perfurado um poço artesiano com recursos da Prefeitura de Montes Claros, que deu 150.000 litros de água por hora. Bateu, caiu dentro de um rio subterrâneo, uma água de ótima qualidade para atender a população. Eu tenho mandado ofício à Cemig, tenho ligado para diretor da Cemig, conversado com o pessoal para fazer a energização desse poço, trazer luz elétrica, que está a 150m, ao poço, e Montes Claros economizar caminhões-pipa. Mas não há nenhum tipo de santo que faça a Cemig obrigar as empreiteiras a fazer isso. Aí veio um negócio, aqueles esquemões, a Cemig, depois as empreiteiras, que fazem o serviço, tiram postes, colocam postes. É aquela confusão toda.

Então a Cemig é uma empresa que precisa ser descortinada. A Cemig tem de demonstrar para esta Casa, Leninha, que é uma empresa viável, uma empresa que produz energia de qualidade, energia barata – o que não é verdade –, e uma empresa que tem de mostrar as suas contas. Quem aqui já viu conta da Cemig? Quem aqui já pegou uma prestação de contas da Cemig? São burocráticos, produzem energia cara.

Quando chega nesta época, em nossa região, que não chove, falta chuva, falta água para tocar as barragens, eles colocam em funcionamento aqueles monstros das termoeletricas, que poluem, que é cara, a bandeira que é verde passa para amarelo, no outro dia já está vermelha, aumenta a conta de luz, e a empresa reina durante décadas e mais décadas. Os seus diretores, os seus conselheiros, que são privilegiados, não tomam providência, não ligam para a população. Não há mais programa de atendimento

social. A única prestação de conta que eles fazem são para os sócios que compõem o corpo acionário da Cemig. Então a Cemig, para mim, é um órgão que precisa se explicar.

Se vier para cá o projeto de privatização da Cemig, e até que esse projeto chegue aqui na Casa e nós não tenhamos informações seguras do que é a Cemig hoje, do que ela pretende e do que vai fazer para modernizar, não teremos condição de aprovar, de defender um órgão que é fechado, é caro, é burocrático e presta serviço, sim, mas a que custo, a que custo? Então nós temos de começar a repensar isso. Estou levantando essa lebre aqui hoje. Estou dando o primeiro chute, porque vamos ter de enfrentar isso tudo aqui. E a Cemig, até agora, não está explicando porque devemos nos colocar em sua defesa. A Cemig tem de modernizar, tem de se efetivar, tem de ser mais transparente, tem de ser mais clara e tem de prestar serviço e gerar energia boa, sim, mas energia barata para o povo de Minas Gerais.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)\* – Quero cumprimentá-lo, deputado Carlos Pimenta, por sua lucidez. O senhor está tocando num ponto muito importante para o Estado de Minas Gerais. Primeira questão: a questão das usinas fotovoltaicas do Norte de Minas. Há fila de empresário querendo investir na área. Fila! Falta energia no Brasil. Sabe por que eles não dão conta de investir? Porque a Cemig não faz a parte dela, porque o Sistema Eletrobras não faz a parte dele. Hoje você produz energia, mas você não consegue jogar energia para a rede, porque toda a estrutura da Cemig, na ponta, é defasada. Então, os projetos não andam. A Cemig não consegue receber a energia produzida pela iniciativa privada. Há hoje filas de empresários querendo desenvolver projetos de energia solar no Norte de Minas, o que geraria emprego, geraria renda, abaxaria o custo da produção de energia no Brasil. E esses empresários não conseguem isso, porque a Cemig não dá conta de receber a energia, tamanha a estrutura obsoleta dessa empresa, da falta de investimento e da falta de condições, principalmente na região do Norte de Minas. O senhor, que é um grande deputado da região e faz um belo trabalho, levanta uma questão muito importante.

A segunda coisa: quero deixar aqui um apelo ao governador Romeu Zema. Já temos um estado pesado, cansado, obsoleto e que não atrai investimento; temos a energia mais cara do Brasil; temos a gasolina mais cara do Brasil; e agora vamos aumentar ainda mais o preço da energia.

O deputado Carlos Pimenta\* – Serão 6% a partir de hoje.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)\* – Vai ficar 6% mais cara a energia elétrica no Estado de Minas Gerais. Quem vai investir num Estado desse? Quem virá para cá gerar emprego e renda, montar fábrica, montar comércio, montar negócio? Ninguém. Já tivemos governo de esquerda, de direita, agora temos um governo que se diz de extrema direita, e nenhum deles faz o que tem de fazer, que é desburocratizar o que precisa ser desburocratizado e baixar o preço dos insumos para que as pessoas possam produzir.

Quem está em casa não dá mais conta de pagar o preço da energia. Você vai pegar a conta da energia elétrica e ela dá choque. Todo mês, quando você vai pegar a conta da Cemig, você toma choque, porque ninguém dá conta de pagar o preço da energia da Cemig. E ninguém tem coragem de investir em Minas Gerais. Quem vai investir num estado que tem uma péssima malha rodoviária, que tem o combustível mais caro do Brasil, a maior alíquota de ICMS para combustível e para energia? Combustível e energia elétrica são a base do desenvolvimento de qualquer estado, deputado Carlos Pimenta. Ninguém dá conta de fazer um estado deste crescer com a gasolina mais cara do Brasil e agora com a energia mais cara, que ainda vai ser aumentada em 6%. Pelo amor de Deus, caia na real, governador! Temos é que baixar o preço da energia para atrair investimento, e não aumentar ainda mais.

O deputado Carlos Pimenta\* – Muito obrigado pelo aparte. V. Exa. foi importante. Espero que a gente levante essa discussão aqui na Casa, porque não me sinto à vontade, não me sinto confortável de votar um projeto que envolve a Cemig da forma como essa empresa está se apresentando para o povo de Minas Gerais.

Queria também, agora, meu caro Cleitinho, dizer que o jornal *O Tempo* trouxe: “O Estado lançará programa de concessão de rodovias em Minas Gerais”. O governo está elaborando um programa que vai preparar trechos para que sejam concedidos à

iniciativa privada e para que sejam privatizados, da mesma forma que aconteceu no Norte de Minas. Estou deixando claro aqui que espero que o governador Romeu Zema não faça da forma covarde, da forma sem transparência como foi feito no governo Pimentel com relação à BR-135. Eles fizeram uma maracutaia nessa BR-135; uma BR que era da União passou para o Estado. De repente, aquele posto da Polícia Rodoviária Federal saiu de perto de Montes Claros, e a Polícia Militar ocupou esse posto. Falei: está meio estranho esse trem. Logo depois, veio o anúncio da concessão do programa de privatização da BR-135. E deu no que deu: a maior quizumba que já vi na minha vida, a maior covardia que fizeram com o povo do Norte de Minas.

São seis postos de pedágio, com o de Sete Lagoas. Há pedágio que custa hoje R\$7,40, o mais caro de Minas Gerais, sem que a empresa tivesse investido nenhum centavo. Pegou a rodovia direitinho, tampou um buraquinho aqui, pintou o asfalto ali, aparou o mato, botou uma placa e mais nada, Cleitinho. Está lá esse asfalto. A pessoa que hoje vai de Montes Claros a Belo Horizonte paga R\$7,40, em cinco postos de pedágios. E os caminhoneiros pagam R\$44,00 por posto de pedágio. É mais de R\$200,00 para vir para Belo Horizonte e R\$200,00 para voltar. São quase R\$450,00. Agora, o governo está lançando esse projeto de concessão. Vamos ficar atentos.

Acho que esta Casa aqui tem de se preocupar, sim. Não vamos confiar. Não podemos dar bola para o azar. Se deixarmos passar, vai acontecer do mesmo jeitinho que a BR-135.

O deputado Cleitinho Azevedo (em aparte)\* – Carlos Pimenta, boa tarde. Obrigado pelo aparte. Já vamos propor aqui, juntamente com V. Exa., a realização de uma audiência pública para tratarmos dessa questão, convocando o Marco Aurélio.

Estava conversando mais cedo com o João Leite e uma dessas futuras concessões, em que vão querer colocar praça de pedágio é perto de Pedro Leopoldo. Se colocarem lá, vão deixar muita gente desempregada. Então, temos de alertar para isso aqui e agora, caso contrário, vai ocorrer como foi com a BR-135. Depois do leite derramado, não adianta chorar. Então, temos de fiscalizar agora e cobrar para que isso não aconteça.

Então, juntamente com V. Exa. poderíamos propor essa audiência pública para pressionar e saber quais são essas praças de pedágio para não prejudicar o povo. Ninguém é contra a duplicação, mas que seja justa. A maneira como se fez com a BR-135 não foi justa. Então, conte comigo.

O deputado Carlos Pimenta\* – Vamos abrir os nossos olhos e nos precaver. O seguro morreu de velho, companheiro. Então, não podemos deixar as coisas acontecerem da forma como está.

O deputado Delegado Heli Grilo (em aparte)\* – Deputado, muito obrigado pela autorização para que eu possa também me manifestar.

Da mesma forma que V. Exa. tem demonstrado uma preocupação imensa relativamente a essa questão na sua região, tenho brigado muito pelas estradas na nossa região do Triângulo e Alto Paranaíba. Já citei aqui inúmeras estradas. Agora, o governo, o secretário de Infraestrutura, Marco Aurélio, colocou que precisa fazer o projeto de concessão dessas rodovias. Lá, na minha região, parece que a rodovia que vai de Araxá a Uberlândia, a MG-190 e a MG-427 realmente precisam. Não sei qual seria a forma dessa privatização. Mas estou junto com a Siamig, que é o setor sucroenergético, a Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais, que são os usineiros da região, querendo fazer as estradas. Mas o governo do Estado está demorando, fica enrolando para ver se esse setor banca também esse projeto de R\$12.000.000,00, parece.

Então, conversei hoje com o presidente da Siamig, Dr. Mário Campos. O setor da região quer ajudar, quer fazer as estradas através da PPP, do 0,44% do ICMS, mas parece que estão amarrando porque a Secretaria da Fazenda também precisa de recurso. Então, o dinheiro parece que não vai dar para fazer as estradas, porque tem de ajudar a fazer esses projetos da concessão. Olha, isso é o Estado que tem de fazer. Acho que o governo não deve nem estar sabendo dessa questão. Falei que vou procurar conversar com ele para ver se autoriza. Há empresas já contratadas para asfaltar as rodovias, mas não se autoriza. Estou ficando até preocupado.

O deputado Carlos Pimenta\* – Estamos fazendo aqui um bloco de resistência, não contra as privatizações, já termino, presidente. Queremos montar um grupo de deputados para fazer uma análise.

O deputado Delegado Heli Grilo (em aparte)\* – Para analisar as rodovias que vão ser privatizadas.

O deputado Carlos Pimenta\* – Para fazer as audiências que precisam ser feitas, analisar as rodovias e, principalmente, os termos dessas concessões. Não vão jogar a bola nas nossas costas mais não. Vamos estar atentos e vamos promover o que for necessário para evitar o descaso, a sacanagem que fizeram com o povo do Norte de Minas. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Cleitinho Azevedo\* – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a toda a população presente. Boa tarde, deputados, deputadas, em especial, à Celise. Venho aprendendo muito com V. Exa., Celise. Estou muito feliz por trabalhar nesta legislatura com você. Você me ensina muito. Estou aprendendo muito com você.

Recebi um áudio agora, e até estava conversando com a Celise. Não dá nem para acreditar, Jean. Não estou acreditando nisso, mas vou colocar aqui, vou provocar, porque aí teremos uma resposta ou da Secretaria de Educação ou do próprio governador. Estão falando aqui que vão acabar com as festas juninas. Não vai haver festa junina nas escolas estaduais mais. Ouçam! (- Aproxima celular do microfone.)

Vocês entenderam, não é? Eu quero saber se existe esse decreto mesmo. Até pedi à minha assessoria... Acabei de receber esse áudio e já estou divulgando, porque é um decreto para acabar com festa junina. Que custo isso tem para o Estado, gente? O mesmo cidadão disse aqui que é uma tradição em Minas Gerais. Vai começar agora, a partir do mês que vem. Então, não faz sentido uma situação dessas não. A gente vai procurar estudar melhor isso.

O deputado Delegado Heli Grilo (em aparte)\* – Na verdade, isso não tem custo. Essas festas juninas são justamente para arrecadar, para consertar as escolas, para arrumar uma cadeira, para arrumar um telhado. Isso é só para arrecadar fundos. Não tem custo nenhum para o Estado. Muito pelo contrário. Eles estão é negando, proibindo a direção das escolas, os professores, os alunos de buscarem uma forma, de buscarem uma solução para os problemas que as escolas enfrentam no dia a dia. Isso aí é... Às vezes, a gente acha que isso é até brincadeira. Não pode ser verdade isso.

O deputado Cleitinho Azevedo\* – Eu acredito que deve ser brincadeira, porque não faz sentido uma situação dessas. A gente vai averiguar para saber se isso é verdade mesmo, porque as escolas estaduais ajudam o governo. Festas como essas fazem a arrecadação crescer, e as escolas ficam mais independentes da Secretaria de Educação. Então deve haver alguma coisa errada nessa situação.

Na minha cidade, um vereador queria acabar com o Rei da Pipoca. Ele falou que é compra de voto. Então, gente, pelo amor de Deus! Zema, no vídeo que fiz, na época da viatura, fizeram cerimônia. Esse tipo de festa é que tem de acabar: cerimônia para entregar viatura, cerimônia para entregar ambulância. É isso que não precisa, gente. Isso é que é politicagem. Agora, festa junina, que é para arrecadar dinheiro para as escolas e é tradição de Minas Gerais? É brincadeira uma situação dessas. Então vamos averiguar isso direitinho. Inclusive, se a imprensa estiver aí fora, pode noticiar essa situação, porque eu não acredito que seja verdade. Isso é brincadeira, não há como.

Jean, a gente estava conversando ali, e vou conversar com a minha assessoria agora para tratarmos da questão da Copanor. Você até mostrou um vídeo aqui, e não comentei com você, mas recebi seu vídeo por meio de vários contatos que tenho. Falo sobre aquela questão que aconteceu na semana passada, da falta d'água, e acho que a gente tem que estudar isso melhor.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte)\* – Deputado Cleitinho, quero parabenizá-lo. Também temos recebido vídeos seus, do seu trabalho. Algumas pessoas até levam para o outro lado, Cleitinho, e dizem que é sensacionalismo. Tenho dito a quem tem

vindo dialogar comigo: “O que vocês querem que os deputados façam? Porque, quando mostramos uma coisa, falam que é sensacionalismo; quando não mostramos, falam que não estamos trabalhando”.

Então dá para notar que você faz parte de um grupo de deputados que está trabalhando, que está andando. É o que a gente faz também toda semana. Já fiz vídeos mostrando o descaso com várias questões e, como você relatou aí, a questão da água no Vale do Jequitinhonha.

Aquele vídeo que eu mostrei, Cleitinho... E este final de semana, mais uma vez, estive no Mucuri e no Jequitinhonha, como faço toda semana. Eu dialoguei com os funcionários da Copasa, e estão saindo, por dia, 15 caminhões-pipa da cidade de Itaobim, onde moro, a mais de 90km de Pedra Azul. E cada caminhão-pipa faz cinco viagens, ou seja, são 75 viagens por dia para levar água no caminhão-pipa. Eu não sei até economicamente o que seria mais viável. E não é uma coisa imediata, isso não vem de hoje. Tudo bem que agora está precisando e tem que fazer isso mesmo, não há outro jeito.

Mas uma questão séria para lidar com isso é a questão da Copanor. Eu vi que você também pediu audiência, e eu já pedi. Nós temos lá uns três requerimentos a respeito. Até íamos fazer audiência na semana passada, mas o diretor da Copanor nos falou que ele fazia questão de participar – até gostei da posição dele –, e que ele queria conhecer, estar lá antes, para chegar e ter esses dados na mão.

Então quero lhe agradecer, porque você colocou a possibilidade de fazermos essa audiência, porque o ideal é somar força, o ideal é a gente fazer com que o serviço público seja de qualidade para quem precisa dele. E eu sempre digo que a Copanor foi uma empresa criada para cuidar dos pobres, para cuidar da parte pobre no que diz respeito à água. Eu era vereador na época em que foi criada a Copanor, e, diga-se de passagem, ao longo da história, ela vem cuidando muito mal dos pobres. É triste a gente ver próximo ao Rio Jequitinhonha, local onde há água, faltar água. A cidade de Itinga agora terminou a captação do Rio Jequitinhonha, mas a cidade não era margeada pelo rio, ele passava no meio, e faltava água. E agora isso foi solucionado.

Então é uma luta histórica, e fico muito feliz de você somar força conosco.

O deputado Cleitinho Azevedo\* – Conte comigo, Jean. Acho que é importante a gente tratar dessa audiência pública para poder resolver. Falar que vai resolver tudo, não vai; de última hora, não. Isso é com o tempo. Mas a gente precisa ter um olhar mais voltado para o Norte de Minas.

Uma coisa que identifiquei da sua fala é que, na época da campanha, é jatinho para cá e jatinho para lá para pedir voto. Parece que o Norte de Minas é lembrado só na época da campanha. Depois que passa a campanha, todo mundo esquece o Norte de Minas.

Eu não sou da região, mas eu tenho essa obrigação. O meu olhar é o olhar humano. Então o que eu puder fazer durante o meu mandato aqui, independente de ser da região tal, se for uma causa justa, estou aqui para lutar por isso. O Norte de Minas é uma causa justa, e cabe a nós nos unirmos aqui, os 77 deputados. O que é prioridade? Temos que colocar prioridade. Prioridade hoje é o Norte de Minas, então vamos cuidar do Norte de Minas. Vamos cuidar de quem está chorando. O meu Centro-Oeste precisa de ajuda? A minha cidade de Divinópolis precisa de ajuda? Mas acredito que o Norte de Minas precisa muito mais. Então estou aqui para fazer o que é certo e o que é justo. Então conte comigo, e vamos trabalhar juntos para a gente fazer o melhor.

Outra situação que eu queria colocar aqui, que até o Jean disse, é que algumas pessoas falam assim: “Esse Cleitinho gosta demais de fazer vídeo, gosta demais de aparecer”. Gente, eu vim da arte, da música. Como é que um artista não gosta de aparecer? Eu não gosto, não, eu amo aparecer! Uma coisa que eu não vou ser aqui é mentiroso. Eu gosto de ter curtida, de ter compartilhamento. Mas que dia que eu apareci com coisa ruim aqui? Eu nunca apareci aqui com coisa ruim até agora, só apareci com coisa boa. Eu nunca vou aparecer aqui com coisa ruim, não, com dinheiro na cueca, com dinheiro na mala, vocês podem ficar des preocupados. Então eu vou aparecer só com coisa boa.

Eu vou falar novamente: eu não gosto de aparecer, não, eu amo aparecer! É como o Jean disse: se não mostra trabalho, é parasita, é vagabundo, não trabalha; se começa a mostrar trabalho, sai do gabinete, vai para os pátios, mostra fiscalização, você quer aparecer. Pois eu vou continuar aparecendo, fazendo o que eu tenho que fazer, que é fiscalizar. Função de deputado é fiscalização.

Eu estava prestando atenção na fala do Cristiano, de que até agora não entregaram as emendas. Já está virando politicagem, sim. Não é porque eu sou da base que vou ficar calado, não. Já poderia ter entregado esses materiais agrícolas há muito tempo, essas ambulâncias há muito tempo. Mas fica fazendo politicagem. O que tem que acabar na política é a politicagem. Tem que fazer gestão.

Ele não é gestor? Então que faça a gestão. Na hora de entregar, não quero ser pai de criança. Eles falam de pai, virar pai da situação. Sou pai de duas crianças e de três cachorros. Então é desses que quero ser pai, é desses que eu cuido. Eu jamais... Se a emenda é do Cristiano, a emenda é do fulano, eu quero que entregue. Sabem por quê? Porque vai beneficiar aquela pessoa. Aquele deputado representante, o político representante... O intuito dele no final é ajudar a população. Então, se o Cristiano entregou, eu tenho que ficar feliz. Se o Jean entregou lá no Norte de Minas, eu tenho que ficar feliz. Senão as ideias não correspondem aos fatos, não. Falam que a gente quer o melhor para o Norte de Minas, que quer para o Centro-Oeste, para o Sul de Minas, para o Triângulo. Chega lá, e eu vou ficar com raiva de entregarem? Então, tem que entregar. Eu estou ajudando os deputados que estão esperando as emendas, fiscalizando. Acelera esse processo, entrega essas ambulâncias, esses carros! Fiquei sabendo, naquele dia, que o Kalil não queria um Apolo, um Apolo zerado. Eu não acredito, é brincadeira uma situação dessa, gente! O Alencar está propondo, não sei se vai ter jeito, se é constitucional, de a gente deixar uma cidade suplente. Ai vão falar que politicamente é ruim, porque a cidade suplente vai achar ruim, vai ser o patinho feio. O que é que tem, gente? Se a minha cidade de Divinópolis não está apta a receber, se deixo uma suplente lá, que é Nova Serrana, e ela pode receber, qual é o problema de Nova Serrana receber? O que não pode é ficar parada lá. Tem quase um ano que os ônibus escolares estão lá em Sete Lagoas, vai fazer um ano agora, no dia 12 de junho. Os ônibus estão lá com teia de aranha. Quer dizer, um monte de escolas, alunos precisando de ônibus escolares. Está tudo errado. A gente tem que ter consciência em relação ao dinheiro do povo. A gente está aqui, mas o dinheiro é do povo, a gente está aqui para trabalhar para o povo, servir ao povo. Então a gente tem que ter zelo e consciência com o dinheiro que é dos outros. Então, pelo amor de Deus, governador, entrega. Entrega. Eu não quero ser pai de nada. Deu um problema na época das viaturas, porque os deputados federais entregaram... “Essa foi o Cleitinho que entregou”, não entreguei nada, gente. Quem entrega é o Executivo. Legislativo está aqui para legislar e fiscalizar. Se tiver que indicar para minha cidade, melhor ainda, se não tiver eu entendo, mas eu estou aqui para trabalhar para o povo. Eu estou aqui para fazer o que a minha função pede. Quem faz obra, quem executa é o governador. Então, nessa época das viaturas, se foi emenda de deputado federal, parabéns para eles, as cidades estão ganhando. Eu fiz a minha função. Eu até dei ajuda a eles, por sinal, Heli, porque fui lá e fiscalizei. Quer dizer, querendo ou não, esse processo que eu fiz acelerou para eles entregarem. Então, se a gente se unir, funciona.

O deputado Delegado Heli Grilo (em aparte)\* – Na verdade, essas viaturas, todas elas, sem exceção, são emendas dos parlamentares federais. Não tem nada a ver conosco, deputados estaduais, nem com o governo do Estado. Isso aí foi a bancada federal que discutiu com o governo federal, conseguiu os recursos e os repassou às instituições militares e civis. Então, não tem nada com a gente. Muitas vezes, o deputado pede... Alguns já me pediram: “Heli, vai lá, porque eu não vou poder ir, fala lá que é uma emenda da bancada do partido X, do partido Y”. Então, não temos nada com isso, não. Essas viaturas civis e militares foram da bancada federal, todas elas. Então, a nossa missão é torcer para dar tudo certo e que façam um bom uso dessas viaturas.

O deputado Cleitinho Azevedo\* – É isso aí, Heli. Eu já falei isso aqui, a gente não tem nada com isso, não. Algumas pessoas colocaram que eu tinha, que eu estava entregando. Eu jamais fiz isso, tenho caráter, meu pai me ensinou a ter isso. O que eu fiz foi fiscalizar. Eu recebo denúncia, tenho um canal de denúncia e passo as denúncias, vou lá, fiscalizo e cobro. Então, são emendas de deputados federais, eu falei isso, não estou aqui para aparecer nas costas dos outros, pelo contrário, estou aqui para trabalhar e fazer o melhor.



Para finalizar, algumas pessoas me questionaram e me criticaram por eu ter dado apoio à manifestação do último domingo. Eu dou apoio a qualquer manifestação que seja ordeira, que seja pacífica. Qual é o problema? Eu fui a favor da manifestação dos estudantes, porque a gente está falando de educação. A Constituição é bem clara e fala que o Brasil é um país democrático. Então, a pessoa que não está satisfeita tem o direito de se manifestar. Então, qualquer manifestação que for a favor do povo, a favor do povo brasileiro, a gente está aqui para apoiar e fazer o melhor. Então, fica aqui a minha fala de hoje, e vamos trabalhar juntos para fazermos o melhor para o Estado de Minas Gerais e para a minha querida Divinópolis. Estamos juntos.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire\* – Primeiro, gostaria de agradecer ao deputado Bosco. Mas está à disposição aqui, Bosco.

Sr. Presidente, deputado, companheiro Cristiano, deputados e deputadas aqui presentes, servidores desta Casa, público que nos acompanha, telespectadores da TV Assembleia, é uma satisfação imensa, mais uma vez, vir aqui.

Sempre digo que, quando a gente vê deputados subirem aqui e tratarem de assuntos importantes, como vi alguns hoje, como o deputado Carlos Pimenta, que sempre vem aqui nesta tribuna tratar de assuntos importantes para o Norte e Nordeste de Minas Gerais, para toda Minas Gerais; o deputado Cristiano, que veio tratar de um assunto, aqui, também de fundamental importância para o Estado de Minas Gerais; e o deputado Cleitinho também, isso é muito bom. Acho que nesta Casa a gente tem várias questões contraditórias de um companheiro com o outro, mas a gente aprende muito nesse convívio com um e outro aqui, quando estamos dialogando, quando a gente pode fazer o diálogo da maneira que deve ser feito, com direito a ouvir e a falar.

Sr. Presidente, um assunto que também já foi abordado por V. Exa. e por outros colegas aqui, como a deputada Leninha e a deputada Andréia, é a questão de Barão de Cocais. Estive lá na semana passada, quando tive a possibilidade de visitar a cidade, e faço isso de uma maneira muito tranquila, caros colegas. Quando a gente não tem base eleitoral na cidade – eu não tenho base eleitoral, não sou votado lá, na cidade –, quando estamos há quatro anos, três anos e pouco – acabamos de passar por um processo eleitoral –, a gente vai com muito mais tranquilidade. Hoje em dia, quando o agente político chega, muitos já pensam logo que está querendo se aproveitar de uma outra situação. Estive naquela cidade porque acho que, quando saímos deste espaço e vamos aonde o problema existe, temos mais condições de falar, de tratar do problema.

Todos nós vimos acompanhando e vendo o crime que ocorreu em Mariana, onde estive; o crime que ocorreu em Brumadinho, onde também estive; e esse crime agora que a Vale resolveu anunciar, a possibilidade real de ocorrer o rompimento dessa barragem. É verdade, e ficam algumas interrogações. Tenho aqui em mãos matéria da revista *Fórum*, em que um morador chega a questionar essa real situação. Será que existe mesmo o risco de se romper ou não? Ele diz: “Aí eles me deram um documento, pedindo autorização para fazer um exame. Depois vi que se tratava de um documento de setor de aquisição de compras de imóveis na Vale”. Olhem para vocês verem a que ponto chegamos.

Se isso é verdade ou não, não sabemos. Mas olhem o descrédito dessa empresa! Quero acreditar que essa empresa não está brincando com o sentimento das pessoas, mas, dessa vez, ela resolveu falar do risco de a barragem se romper.

Fico me perguntando, sendo real, porque não se tratou disso em Mariana? Não se tratou disso em Brumadinho? Será que naquelas situações também não havia condições técnicas para falar sobre isso, para alertar sobre isso? Pois bem, o fato é que foi feito esse alerta. E o que vemos na cidade de Barão de Cocais? Lá, me reuni com o prefeito Décio, com o Leonei e com outros dois vereadores, Batista e Lução, com a população, e dialogamos, andamos e visitamos alguns pontos da cidade, uma cidade histórica que, segundo os relatos, hoje pouco lucra com a mineração. Eles ficaram foi com o lixo, com os rejeitos. É uma cidade de aproximadamente 32 mil pessoas, e, nessa Mina de Gongo Soco, já houve outros acidentes. Naquela época, talvez a gente pudesse dizer que foi acidente; mesmo assim, se verificarmos quem morreu, constataremos que, em 1853, morreram 13 escravos; em 1856, 36 escravos. É uma mina que já produziu muito e muito ouro.

A gente escuta as pessoas falarem de, até determinado momento, haver uma pessoa que era dono e comandava a mineração na região e os tratavam de maneira digna. Eu vi isso lá. Fomos até a entrada, onde há a barreira de proteção margeando o Rio São João, e pude presenciar, já ao anoitecer, três pessoas pescando. É um rio pesqueiro. Andamos pela cidade, deputado Cristiano, e presenciamos casas com placas de “vende-se” e “aluga-se”. Estivemos na porta de uma escola municipal, que, segundo informações, era frequentada por aproximadamente 500 alunos, mas estava fechada.

Quanto aos hospitais, ao sistema de saúde, deputado Carlos Pimenta, colega médico, que sabe muito bem o que isso causa numa pessoa... Não é simplesmente a lama, o rejeito, a mineração. Não é apenas o que ocorreu em Mariana e em Brumadinho. Mas, nesse caso, imaginem uma pessoa ficar pensando que, a qualquer momento, essa barragem pode se romper!

Ouvimos relatos de que aumentou o índice de depressão, de ansiedade, de insônia, de infartos, de tentativas de suicídio. O atendimento médico ficou sobrecarregado, o atendimento à saúde, de maneira geral, ficou sobrecarregado, cresceu aproximadamente 60%. E o que a Vale está fazendo? Pedindo desculpas pela inconveniência, pedindo desculpas pelo transtorno do momento.

Andamos na rua – não sei se isso ocorreu neste final de semana ou não –, mas as pessoas pediam a presença do governador: “Dr. Jean, vê se consegue solicitar na Assembleia para que chegue até o governador e ele sobrevoe a região”. Só esse fato de ele sobrevoar a região, deputado João Vítor, talvez, já faça a Vale olhar com outros olhos. Mas se a empresa não vê essas instituições irem lá defender o povo, ela fica mais tranquila. Para ela, tanto faz como tanto fez.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)\* – Há dois meses há um requerimento nosso aqui pedindo uma visita do governador à cidade de Barão de Cocais. Há dois meses. A gente pede, inclusive, que seja avaliada a possibilidade de esse requerimento chegar ao governador, de fato, porque, há dois meses, há um requerimento nosso aqui pedindo ao governador do Estado para visitar a cidade de Barão de Cocais. Eu já disse aqui que, quando o governador chegou a Brumadinho – e eu estava lá, naquele sábado, dia 26 de janeiro –, ele disse que a única coisa que tinha para fazer era contar os mortos. Então, é bom que ele saiba que, em Barão de Cocais, ele ainda pode abraçar e ajudar os vivos. E é isso que a gente espera de um governador do Estado: que vá lá ajudar os vivos e não apenas vá depois contar os mortos, como foi no caso de Brumadinho.

O deputado Doutor Jean Freire\* – Muito obrigado pela contribuição, deputado João Vítor. Uso aqui esta tribuna para reforçar esse pedido ao Sr. governador, para que ele possa ir lá visitar aquele povo. Só esse fato, por incrível que pareça, por mais simples que possa parecer, dá um certo conforto. As pessoas pensam: “O governo está conosco”.

Então, quero deixar isso aqui e depois solicitar também ao líder e ao vice-líder de governo que levem a ele esse pedido. Foi um pedido que as pessoas da cidade trouxeram até a mim. As pessoas vivem com mais de mil placas na cidade e nas estradas com os dizeres: Rota de Fuga, Rota de Fuga, Rota de Fuga. Nesta semana, retornando ao Vale do Mucuri e Jequitinhonha, vi que até na BR-381 há placas de rota de fuga. É um absurdo! A gente pensa, deputada Leninha, que está vivendo em um mundo surreal. Não parece ser realidade. Isso é brincar com as pessoas. Isso é a certeza da impunidade dessa empresa que, apesar dos dois crimes cometidos, continua tratando assim...

O deputado João Vítor falou da visita do governador. Ao entrar na cidade, a gente vê em muitas ruas o meio-fio pintado de laranja. É até bom avisar que não se trata de uma homenagem ao partido. Aquilo ali é para dizer às pessoas que aquela é uma região que, se a barragem romper, provavelmente será inundada por lama. Vimos pessoas idosas morando ali.

Nesta semana, na sexta-feira, eu estava no Vale do Mucuri, na cidade de Serra dos Aimorés, e um palestrante do Sebrae estava lá dando a palestra e comentou conosco que a sua mãe estava morando numa dessas áreas de risco.

Então, nobres colegas deputados, quero encerrar a minha fala fazendo esse apelo. Quem não foi lá ainda, independentemente de questões eleitorais e mesmo que não seja uma região de ação do mandato, vá. Quando a gente pisa nessa região, quando a gente põe os nossos pés lá, os nossos olhos veem melhor a realidade, os nossos olhos conseguem enxergar além do que enxergam quando estamos aqui. A nossa mente, a nossa alma consegue ver além. Consegue, por mais que seja difícil.

Jamais vamos ter o sentimento daqueles moradores, por uma questão simples, deputado Cleitinho, não somos eles. Por mais que tenhamos sensibilidade e possamos colocar em nosso mandato cada um e cada uma, não vamos entender o que é viver ali, por uma questão simples: não somos um deles. Então agradeço ao Sr. presidente e agradeço aos caros colegas que me escutaram. Que possamos, cada um, nas suas comissões, fazer requerimentos e pedir aos colegas que têm ligação com o governo: “Governador Zema, visite a cidade de Barão de Cocais”.

\* – Sem revisão do orador.

#### **DISCURSOS PROFERIDOS NA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/5/2019**

O deputado Sargento Rodrigues\* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, visitantes presentes em nossas galerias, ilustres deputados João Leite e Dalmo Ribeiro Silva, colega deputada Celise Laviola. Gostaria, Sr. Presidente, de novamente trazer aqui uma enorme preocupação deste deputado. E aqui, presidente, falo em nome de todos os servidores públicos do Estado de Minas Gerais, servidores públicos civis e militares, e não apenas, presidente, do Poder Executivo. A princípio, parece-nos, deputado Cássio Soares, nosso líder do Bloco Liberdade e Progresso, que essa preocupação seria com os servidores do Poder Executivo, mas não é. Na verdade, deputado Cássio Soares, deputado João Leite e deputado Cristiano Silveira, a preocupação é com todos os servidores do Estado de Minas Gerais, inclusive dos demais Poderes e órgãos – Poderes e órgãos autônomos, incluindo-se o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública. Qual é a preocupação, deputado João Leite?

Ontem, dia 28 de maio, nova matéria publicada pelo jornal *O Tempo*, na pág. 7, traz a seguinte manchete: “Zema admite distanciamento da Assembleia e garante mudança”. Mas, na verdade, não é essa a preocupação na manchete. A preocupação, deputado Cássio, trazida aqui pela jornalista Ana Luíza Faria está um pouco mais adiante, onde diz o seguinte: “Dentro do possível, nós vamos estar junto de todos os deputados. A partir de agora, eu posso dizer, completando cinco meses de mandato, que no início colocamos ordem na casa, fizemos a lição interna para deixar tudo estruturado – e de certa maneira já o fizemos. Eu vou passar a estar muito mais próximo dos deputados, a quem de certa ‘mentira’ peço desculpas pelo distanciamento até hoje. A partir de agora, com toda certeza, teremos uma proximidade muito maior, e conto com vocês nesse grande desafio que Minas tem pela frente”, declarou Zema.

Continua aqui a matéria da articulista: “A afirmação foi feita, na tarde de ontem, durante a cerimônia de entrega de viaturas para o policiamento rodoviário e de meio ambiente e para o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, na Cidade Administrativa. Manter uma boa relação com os deputados estaduais é essencial para o governo do Novo, uma vez que, nos próximos meses, o Executivo deve enviar à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais o projeto de lei referente ao ajuste fiscal do Estado com a União”.

É aqui, deputado Cássio Soares, que chamo a atenção de V. Exa., do ilustre deputado João Leite, do deputado Cristiano Silveira, da deputada Leninha e da deputada Celise Laviola. Por qual motivo chamo a atenção das senhoras e dos senhores deputados? Ele, mais uma vez, volta à tecla para dizer que Minas precisa de ajuste fiscal. O ajuste fiscal, deputado Cássio Soares, passa por uma sobrecarga, por um prejuízo no lombo, nos ombros dos servidores públicos jamais visto em toda a história do Estado de Minas Gerais, pois impõe sacrifícios aos servidores públicos como: aumento da alíquota, de 11% para 14%, da contribuição previdenciária; contribuição previdenciária para as pensionistas; proibição de concurso por três anos, podendo prorrogar esse prazo por mais três anos; sem reajustes salariais para os servidores públicos por três anos, podendo prorrogar por mais três anos. Detalhe, deputado João Leite: Pimentel já deixou o Estado quatro anos sem reposição da perda inflacionária. Eu não falei “aumento”, porque aumento é aquilo que se dá acima da inflação. Eu disse que o governo Pimentel deixou os servidores públicos civis e militares quatro anos sem sequer a reposição da perda inflacionária.

O chamado ajuste fiscal, sob as diretrizes da Lei Complementar nº 159, lei complementar federal, impõe toda essa sobrecarga, a proibição de concursos. Então, não conseguiríamos aumentar o efetivo dos servidores, especialmente das principais

áreas – saúde, educação e segurança –, que é algo que qualquer governo tem que fazer minimamente para desenvolver essas políticas públicas a contento. Sem concurso público, a sobrecarga de trabalho aumenta para os servidores, porque não chegam novos servidores; além disso, aumento da alíquota de contribuição, congelamento de salários e sem promoções. Ele impõe também congelamento nas promoções de todos os servidores públicos civis e militares.

Ou seja, deputado Cássio Soares, é bom que o governador saiba que ele pode vir com qualquer discurso de aproximação da Assembleia, mas o ajuste fiscal, a recuperação fiscal não passará nesta Casa, porque não podemos deixar isso passar de forma nenhuma. De maneira alguma, podemos aceitar que os servidores públicos sejam, mais uma vez, sacrificados pela vontade do governante, do ocupante do Palácio Tiradentes.

O deputado Cássio Soares (em aparte)\* – Muito obrigado, nobre colega, experiente e competente deputado Sargento Rodrigues.

Sr. Presidente, demais colegas, nossos telespectadores da TV Assembleia, é muito importante esse assunto que V. Exa. traz à tona na tribuna. Aqui trago também uma notícia do *site* da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, o único estado da nossa Federação até hoje a aderir ao plano de recuperação fiscal do governo federal. A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro quer saber o porquê de o regime de recuperação fiscal daquele estado ter aumentado a dívida.

Existe hoje, deputado Sargento Rodrigues, uma CPI, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, para apurar os caminhos trilhados pelo governo do estado para fazer a adesão ao plano de recuperação do governo federal. Inclusive, o atual secretário de Fazenda de Minas Gerais, Gustavo Barbosa, foi ouvido essa semana pela CPI do Rio de Janeiro. Então, temos que ter um diálogo muito aberto, muito franco e exaustivo, para que possamos avaliar quais são os pontos positivos e negativos e verificar se, ao final, há mais pontos positivos ou negativos, para que Minas faça a adesão ou não. E cabe a esta Casa Legislativa, representante do povo, fiscal do Poder Executivo, avaliar e discutir à exaustão se vamos ou não dar esse cheque em branco ao governo do Estado. Muito obrigado, deputado.

O deputado Sargento Rodrigues\* – Agradeço a V. Exa., que traz a nossa fala um componente muito importante. É bom para todos os deputados, principalmente para os mais novos, que estão chegando, saber que, no Estado do Rio de Janeiro, está aberta a comissão parlamentar de inquérito para investigar o plano de recuperação fiscal do único estado da federação que aderiu ao plano de ajuste fiscal com a União. Ou seja, não deu certo, a ponto de haver uma comissão parlamentar de inquérito.

Deputado Cássio, ao final da matéria, ele reafirma: a única saída para a situação fiscal de Minas é a recuperação fiscal. Imagine o senhor, deputado Cleitinho, que acabou de chegar, ter que votar aqui o aumento de 11% para 14% da contribuição previdenciária do servidor, da contribuição previdenciária das pensionistas, o congelamento de concurso público. Imagine que as forças de segurança pública estão desesperadas por causa do efetivo, todas elas: Polícia Civil, Polícia Militar, bombeiro, sistema prisional e socioeducativo vão ficar sem concurso público por três anos, podendo ser prorrogado esse prazo por mais três anos.

E o governador Zema fala que vai se reaproximar da Assembleia e que a única saída é o plano de recuperação fiscal. Não podemos deixar passar plano nenhum nesta Assembleia. Aqui na Assembleia, não podemos deixar, deputada Rosângela Reis, que os servidores sejam novamente escolhidos como bode expiatório. Não, os servidores, não! O governo do PT, deputado João Leite, já deixou os servidores por quatro anos sem sequer a reposição da perda inflacionária. Se a gente permitisse que o projeto de recuperação fiscal fosse aprovado na Assembleia, iríamos impor 10 anos de sacrifício e de castigo aos servidores públicos civis e militares. Então, não podemos aceitar isso. Reajuste, recuperação fiscal na Assembleia, deputado Bruno Engler, deputado Osvaldo Lopes, não podemos imaginar que passem aqui.

Na verdade, se eu fosse presidente da Assembleia, já mandaria o líder de governo, ou pelo menos solicitaria ao líder de governo que levasse este recado claro ao governador: não mande o projeto para a Assembleia, porque aqui não podemos deixar passar, deputado André Quintão. Os servidores não podem ser sacrificados mais do que já foram sacrificados nos últimos anos. Então, se

mandar esse projeto para Assembleia, o ideal é que a gente o derrote já na CCJ. A gente pega esse projeto e diz: está derrotado na CCJ e, após derrotado em duas comissões, ele sequer vem a Plenário. Evitar que o governador mande o projeto, não temos a competência de evitar isso. E, se ele colocar um regime de urgência nesse projeto, ele vai ter que entrar na pauta, e nem o próprio presidente pode evitar que ele entre na pauta.

Mas podemos simplesmente já dar dois pareceres e derrotar o projeto lá na CCJ, na Administração ou na Fiscalização. É o bastante para que o projeto sequer chegue ao Plenário.

Não podemos permitir, deputado Doutor Jean Freire e deputado Delegado Heli Grilo, que nenhum projeto de recuperação fiscal passe por esta Casa. Nem no sonho podemos permitir. Esse exemplo que o deputado Cássio Soares acabou de trazer, dizendo que o único estado da Federação, o Estado do Rio de Janeiro, que fez o ajuste fiscal está agora com uma comissão parlamentar de inquérito aberta para apurar os termos dessa recuperação fiscal. Não podemos admitir, de jeito algum. Esse único estado hoje sofre uma própria comissão parlamentar de inquérito. E quando se pergunta: quem era o secretário de Fazenda lá, do governador Pezão, durante o ajuste fiscal? É o mesmo secretário de Fazenda que hoje ocupa a secretaria aqui do governador Romeu Zema. Ou seja, é o recado que tem de ser dado. E esse recado não pode ser dado por apenas um deputado. Temos de vir aqui à tribuna, todos os partidos, e dizer: nós não aceitaremos que o servidor seja – apenas ele – duramente sacrificado com essa questão.

O deputado Betão (em aparte)\* – Obrigado, deputado.

Gostaria de parabenizar Vossa Excelência pelo pronunciamento que tem feito aqui em relação a essa questão do plano de recuperação fiscal. Estou de completo acordo e acredito que toda a bancada do Partido dos Trabalhadores também. Vamos estar juntos nessa discussão para impedir que esse plano que privatiza, que congela salário de servidores, que congela carreira e acaba com os concursos públicos possa ser aprovado aqui, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Então, faremos essa discussão em conjunto com Vossa Excelência.

Obrigado, deputado.

O deputado Sargento Rodrigues\* – Agradeço a Vossa Excelência. É bom saber que o bloco de oposição tem uma posição muito clara. E a posição do nosso bloco já foi colocada aqui pelo líder, deputado Cássio Soares, que pode falar em nome do bloco. Ele mesmo trouxe a notícia sobre a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito. Mas é bom que todos nós venhamos a esta tribuna, deputado Léo Portela – todos os colegas deputados e de todos os blocos, se possível for –, para dizer ao governador Romeu Zema: não adianta enviar para cá projeto de recuperação fiscal.

Só um detalhe em minha fala: em relação à privatização de Codemig e da Copasa, não tenho problema algum em estar aqui votando. Nenhum problema de estar aqui votando a privatização ou a venda da Codemig, desde que os termos dessa privatização sejam claros na lei e que esse recurso tenha, na lei, um destino adequado, do ponto de vista do interesse da sociedade. Não vejo problema algum.

O que não vamos aceitar é uma imposição de sacrifício maior para os servidores públicos civis e militares de Minas Gerais. Esse não passa, porque a Assembleia não permitirá que ele seja aprovado aqui, presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Léo Portela\* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vou falar hoje do governador que não tem palavra, governador que não cumpre os seus compromissos, governador que distrata os tratos que faz. O nome dele é Romeu Zema. Combinou, deu a sua palavra de que, neste mês, 30.000 alunos já estariam matriculados no tempo integral. Nada aconteceu.

Lamentamos que Minas Gerais esteja sendo governada por um governador que não tem palavra. Como a Assembleia vai acreditar em alguém assim? Não tem palavra alguma. E, agora, ele tenta impor, goela abaixo, a esta Casa mais um descumprimento de

palavra. Porque, durante a campanha, disse que cortaria os gastos do Estado; disse que enxugaria a máquina pública; disse que acabaria com os altos salários, com os jetons, com os marajás. Ele disse assim: “O Estado tem marajás”.

E o que ele quer fazer? Ele quer criar marajás no Estado. Como? Aumentando o salário dos secretários de Estado. Veja bem, você que está me assistindo de casa, você que nos acompanha pelas redes sociais, é isto mesmo: o governador Romeu Zema quer aumentar o salário dos secretários de Estado, aumentar.

Ora, ninguém é obrigado a ser secretário de Estado. O deputado João Leite foi secretário de Estado e vivia com esse salário; eu fui secretário de Estado e vivia com esse salário; o deputado Cássio Soares foi secretário de Estado e vivia com esse salário; e é um excelente salário. Por que Romeu Zema não toma vergonha na cara e fala em aumentar o salário dos professores? Por que não fala em aumentar seus salários e pagar a eles em dia? Não, a desculpa é essa. Os apaniguados, a panelinha deles tem que ser beneficiada. Ninguém é obrigado a ser secretário de Estado, e, se você quer ser secretário de Estado em Minas Gerais, que se adéque ao que Minas Gerais tem condições de pagar. Estamos vivendo a pior crise do nosso estado, a pior crise da história. Minas Gerais está em calamidade, não há como se falar em aumento de salário, em jetom para secretário.

Onde está a palavra do governador? Ele é contumaz em quebrar suas promessas, em quebrar a sua palavra. Esta Casa não pode mais confiar no governador, que trata e destrata como ocorreu na sua campanha, quando ele já dava os primeiros sinais: ele fazia um plano de governo, alguém o questionava, e ele mudava o plano; fazia outro plano; alguém o questionava, falava que era inexequível – e realmente agora todo mundo está vendo que é inexequível –, ele mudava o plano de governo. Ele é assim, não tem palavra.

Quero saber onde estão os 30 mil alunos que deveriam estar matriculados na escola de tempo integral. Ninguém sabe. Aonde nós vamos chegar? É o ápice, o auge da demagogia, a “zemagogia” – utilizando um neologismo. O “zemagogo” impõe a sua “zemagogia” em Minas Gerais. É uma vergonha para um Estado outrora governado por Juscelino Kubitschek, por Magalhães Pinto; para um Estado onde havia governadores que cumpriam sua palavra e tratavam no fio do bigode. Nós somos governados hoje por um homem sem palavras, e isso é uma tristeza para o nosso estado. Não podemos nos conformar com essa situação. Quero ver ele ter a coragem de derrubar o que esta Assembleia aprovou, proibindo o acúmulo de jetons, e mandar para esta Casa a sugestão de aumentar salário de secretário ou de voltar os jetons para os secretários; quero ver ele ter essa coragem. Ele sabe que esta Casa não acredita mais nas suas palavras.

Vimos uma série de reportagens em que o líder nacional do partido do governador diz que Zema tem um excelente relacionamento com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Amoêdo disse isso: “Zema tem um relacionamento exemplar com a Assembleia de Minas”. É tão exemplar que ele chamou todos os blocos para conversar: o do governo e os dois blocos independentes, mas não teve a hombridade de convidar a oposição; convidou e desmarcou, não teve a coragem de ouvir o que a oposição tem a dizer, porque ela diz a verdade, e a verdade dói, a verdade é difícil de engolir, a verdade é para aqueles que têm coragem, e ele não teve a coragem de ouvir a oposição. Esse é o relacionamento de excelência que Zema tem com a Assembleia.

E aí, ao ser dito isso por Amoêdo, vimos um pedido claro de desculpas num jornal assumindo que não tem relacionamento com a Assembleia, que falhou, que pecou no relacionamento com a Assembleia, que estava arrumando a casa. Ora, Sr. Romeu Zema, arrumar a casa? Arrumar a casa é pedir aumento de salário para secretário? Arrumar a casa é acabar com a escola em tempo integral? Arrumar a casa é tirar os vigilantes das escolas? Arrumar a casa é negar uma rodada de negociação, de conversa com os professores, com os servidores públicos de Minas Gerais? Até hoje não vimos uma reunião face a face com os professores de Minas Gerais. Não vimos. Não vimos. Não ouvimos falar disso. Por quê? Porque falta coragem. É um homem que não tem palavra e um homem que não tem coragem.

No papel de vice-líder da oposição, eu carrego dentro de mim um sentimento de que isso vai se reverter, de que Zema terá a hombridade de voltar atrás, de que terá a hombridade de corrigir o seu rumo porque Minas Gerais não pode ser governado por alguém assim.

O deputado Doorgal Andrada (em aparte)\* – Muito obrigado, deputado. Parabéns pelas palavras. É muito importante termos, nesta Casa, deputados combativos no sentido da fiscalização, e o senhor tem feito isso com maestria.

Deputado, hoje eu venho aqui, e me direciono a todos que nos assistem pela TV Assembleia e a todos os deputados e deputadas, à assessoria, todos os presentes, para falar de um tema muito importante que é a reforma administrativa apresentada nesta Casa pelo Poder Executivo, em regime de urgência. E urgência por quê? A urgência alegada pelo governador é para trazer mais eficiência nessa arrumação da casa que ele diz estar fazendo, para trazer economias para o nosso estado. Mas o que nos parece é que, para ele, esse projeto não é tão importante. Já se passaram 30 dias, deputado, e o governador ainda não se manifestou. Amanhã é o prazo final para que o governador Zema possa sancionar ou vetar esse projeto, e ainda não se manifestou. Então, parece-me que toda essa urgência que ele pediu aqui, para que esta Casa votasse esse projeto... Inclusive, com isso, tirou das comissões a possibilidade de uma análise mais profunda, tirou dos parlamentares desta Casa, da assessoria, toda análise profunda que deveria ter sido feita, para que esta eficiência, esta economia viesse a acontecer aqui, no nosso estado... Então são 30 dias perdidos, em que poderíamos estar economizando, já que essa era a ideia desse governador. Ele trouxe um prejuízo enorme na análise da reforma administrativa, tirou desta Casa, em questão de prazo, parte dos seus direitos, através das comissões, de analisar seus devidos temas, e agora deixa largada a reforma administrativa, deixa esse projeto esquecido. E amanhã teremos a decisão do governador porque é o prazo final. Ele deixou até o último dia para se manifestar quanto ao veto ou à sanção desse projeto.

Então eu gostaria de direcionar minha palavra ao líder do governo, para que ele leve essa indagação ao governo: qual o motivo de o governador ainda não ter se manifestado, já que o projeto é tão bom e vai trazer tanta economia para o Estado de Minas Gerais? Muito obrigado pelo aparte, deputado.

O deputado Léo Portela\* – Eu que agradeço, deputado Doorgal Andrada. V. Exa. mantém a tradição de eloquência, de moderação e de retidão nas suas colocações, já que sua família contribui com esta Casa há vários anos... É um legado importante para Minas Gerais o trabalho de V. Exa. e de toda a sua família anteriormente.

Continuo minha exposição no sentido de indagar até quando, até quando nós aguentaremos calados, até quando Minas Gerais permanecerá calada. E o pior está por vir. O pior está para chegar. Quando o pacote da renegociação da dívida com o governo federal chegar, eu quero ver o que vai acontecer, porque no Rio de Janeiro não deu certo. Não deu certo. O modelo já foi testado e reprovado. No Rio de Janeiro não deu certo. Querem trazer isso para cá, o mesmo secretário responsável por fazer isso no Rio de Janeiro agora está aqui. Não deu certo. O que eles querem fazer?

Zema quer colocar no lombo do povo, no lombo do povo o caos financeiro de Minas Gerais. Qual é a culpa dos professores? Qual é a culpa dos servidores públicos em geral? Por que eles serão penalizados com aumento de 11,5% para 14% para contribuição previdenciária? Por quê? Qual é a culpa deles? “Ah, mas é a única forma de regularizar as contas do nosso Estado. Só assim podemos...”

Concedo aparte ao meu líder, deputado André Quintão, líder da oposição.

O deputado André Quintão (em aparte) – Não poderia, deputado Léo Portela, deixar de cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, pelas questões relevantes que você traz até este Plenário. Queria que V. Exa. pudesse me responder uma questão. V. Exa. é um parlamentar experiente, conviveu aqui com outros governos. O governador encaminhou o projeto de reforma administrativa, sob regime de urgência. A Assembleia fez a sua parte e o aprovou. Aliás, era uma proposta que economizava pouco e desorganizava muito o serviço público. Saiu uma proposta que desorganiza menos. Atenuamos a desorganização e ampliamos, aumentamos a economia para o governo.

O governo, por incrível que pareça, até hoje não sancionou, com veto ou sem veto, parcial ou totalmente, o projeto. Como agora ele vai encaminhar algum projeto em regime de urgência para a Assembleia? Todo governo que conheço – já fui base, já fui oposição –, quando manda um projeto em regime de urgência e a Assembleia o aprova, imediatamente já está lá com seus técnicos analisando o projeto e o sanciona. Já deixamos de economizar milhões de reais pela letargia e omissão do governo. Agora, se V. Exa. tem alguma luz, porque até hoje ele... Não era em regime de urgência?

O deputado Léo Portela\* – Obrigado, líder André Quintão. A única resposta que posso dar é que a flagrante incompetência do governo impede que ele cumpra a palavra e que tenha atitude com esta Casa. Quando ele pediu o regime de urgência, deputado André Quintão, paralisou trabalhos importantes desta Casa, para que seu pedido fosse analisado. Ele usou os servidores que poderiam estar debruçados sobre outras leis, sobre outros requerimentos desta Assembleia. Ele mobilizou deputados. Ele paralisou comissões para que seu projeto fosse analisado em regime de urgência, ou seja, isso gerou custos para o erário. Ele gastou mais, ele gastou pesado, ele rompeu com seu discurso de economia, de economicidade, ele gastou mais dos cofres públicos para fazer tramitar a sua reforma administrativa em regime de urgência e, agora, que já era para ter respondido, vetando, vetando parcialmente ou não vetando a reforma administrativa, fica segurando. Sabem por quê? Porque falta coragem, falta competência. Romeu Zema, se pronuncie, diga se veta ou se não veta. Diga de cara aberta. Você certamente discorda da reforma administrativa. Porque V. Exa. é a favor dos salários nababescos, astronômicos e da formação de marajás no secretariado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira\* – Sr. Presidente, colegas deputados, boa tarde a todas e a todos.

Quero iniciar a minha fala de hoje, presidente, fazendo repercutir aqui uma notícia que acho bastante relevante, que saiu hoje na imprensa e em várias redes sociais. Refiro-me à carta que o papa Francisco enviou ao presidente Lula, que está preso em Curitiba, todos sabem, por um regramento de exceção de parte do Judiciário do nosso país. Digo isso porque, quando, numa conversa muito tranquila perguntamos para aqueles que comemoram a prisão do presidente Lula qual o crime que ele cometeu, eles têm dificuldade de apontar. Dizem: “O Lula roubou”. Mas eu pergunto: mas o que o Lula roubou? Aí não conseguem ter o raciocínio sobre o que de fato teria sido o crime do ex-presidente Lula.

Acho, então, que essa carta do papa é bastante expressiva, bastante forte, quando a principal liderança religiosa do mundo, especialmente dos católicos, cristãos, se posiciona. É claro que o papa Francisco faz uma carta muito no campo espiritual, mas ele traz passagens que acho que são extremamente fortes. Gostaria de fazer a leitura aqui de alguns desses trechos. A questão do presidente Lula está muito vinculada ao que temos defendido: o Estado Democrático de Direito, a democracia no nosso país. O papa Francisco lembra a morte e a ressurreição de Jesus Cristo e ressalta, na carta, que o bem vencerá o mal, que a verdade vencerá a mentira e que a salvação vencerá a condenação. Penso que o papa Francisco não consome muito a imprensa brasileira – que também tem a sua forma de narrar os fatos –, mas devia estar muito bem informado e auxiliado antes de redigir uma carta como essa.

Então, quando o presidente recebe uma correspondência dessa grande liderança que é o papa Francisco, que admiramos por suas escolhas, pela sua luta em defesa dos pobres, pelo combate aos erros que membros da Igreja têm cometido... O papa Francisco tenta resgatar aqueles que são os principais valores cristãos na humanidade.

A outra parte da minha fala, presidente, é um chamado para os atos que teremos amanhã em defesa da educação. Dia 15, os estudantes foram para as ruas, os professores, a sociedade – em todas as capitais tivemos ações e em mais de duzentas cidades – contra o corte, e não é contingenciamento, senão vamos ficar discutindo semântica. A efetividade é que o dinheiro não vai cair na conta. Então, não vou ficar discutindo semântica, mas, sim, que o dinheiro não chegará às universidades com os cortes de 30% daquilo que é discricionário das despesas das universidades. Em resposta, tivemos, como não víamos há muito tempo, o povo nas ruas, a população em peso. É engraçado que o presidente convocou também uma manifestação em sua defesa no último domingo, que não chegou nem perto da mobilização que tivemos no dia 15.



Bem, amanhã é dia de luta de novo, porque precisamos fazer com que este governo recue nessa decisão de tirar recursos da educação. Só Minas Gerais, para vocês terem uma ideia, os institutos, as universidades federais vão perder mais de R\$353.000.000,00 neste ano. É um valor muito expressivo.

Agora penso que a luta de amanhã tem de ser contra os cortes das universidades e institutos federais, mas precisa também incorporar o outro componente. Aqui dialogando com a companheira Beatriz Cerqueira e, em seu nome, dialogando com os professores, penso que amanhã também deva ser um dia de luta para que o governador cumpra o que acordou com esta Casa – restabelecer a escola em tempo integral –, que até o momento não foi feito. A nossa luta amanhã, Profa. Beatriz, e temos de chamar os professores, os sindicatos da educação para estar conosco, tem de ser também para cobrar do governador Romeu Zema o que não está cumprindo sobre o que foi pactuado na educação. Vou além: aqui em Minas Gerais, a luta também tem um outro componente, um outro significado, uma outra importância, presidente Carlos Henrique, que é a luta em defesa da Unimontes, da Uemg e da Fapemig.

O governador tem retido recursos da Unimontes, da Uemg e da Fapemig. Vamos lembrar que há não muito tempo discutimos aqui, na Assembleia de Minas, o corte de 5 mil bolsas de iniciação científica da Fapemig.

Eu recebi hoje pela manhã a mensagem de uma amiga da gente que trabalha nas Uemgs: (- Lê:) “A reitoria da Uemg comunica que a Câmara de Orçamento e Finanças – COF – da Seplag não aprovou a renovação dos contratos administrativos dos servidores admitidos via PSS vencidos após o dia 8/3/2019. A reitoria informa ainda que levará a questão para ser debatida na reunião do conselho universitário nesta quarta, dia 29, quando os conselheiros decidirão qual será o posicionamento a ser adotado, e reforça ainda que a gestão da Uemg insistirá em obter um diálogo com o governo para que a autonomia administrativa da universidade seja reconhecida, como está previsto no art. 207 da Constituição Federal”.

Não sei se os deputados estão sabendo disso. Amanhã, Leninha, terá que ser um dia para lutar contra os cortes das universidades federais, contra os cortes dos institutos federais, contra os cortes do Cefet; pelo restabelecimento da escola em tempo integral, pelo restabelecimento das bolsas da Fapemig e pela autonomia universitária da Uemg e da Unimontes. O que o País vive neste momento, seja no âmbito federal ou estadual, é o desmonte completo da educação, é o desmonte completo. Todo político em época de campanha fala que para uma sociedade se desenvolver, prosperar, ter progresso e evoluir tem que investir na educação. Não é possível a gente escutar isso de todo candidato em época de eleição e, agora, aqueles que assumiram fazerem cortes justamente na educação. Então, cabe a nós, que temos o compromisso de fato – de fato, não de discurso – com a educação, fazer essa luta, fazer esse enfrentamento. Eu penso que no dia de amanhã nós vamos ter que unir força, convocar os estudantes, fazer de novo uma grande mobilização e mandar um recado alto e claro, seja ao governo do Estado, que também virou mãos de tesoura, é só corte... Leninha, para você ter ideia, passamos de cinco meses do governo Zema, e é corte de bolsa da Fapemig, é corte da escola em tempo integral, é corte de repasse para a área da saúde. Onde nós vamos chegar?

A deputada Leninha (em aparte)\* – Obrigada, deputado e caro companheiro Cristiano. Boa tarde, Sr. Presidente, caros colegas e pessoas que nos acompanham também pela TV Assembleia. Com certeza, aqueles que nos acompanham sabem da nossa rotina diária aqui. Infelizmente se passaram cinco meses deste governo, e o que a gente vem acompanhando aqui é uma série de queixas e reclamações e acima de tudo um descompromisso deste governo com as questões que esta Casa traz.

São vários os assuntos. Esse de qual você trata é fundamental para o desenvolvimento de Minas Gerais – cortar bolsas da Fapemig, do ensino, da educação superior em Minas Gerais. Nós estamos falando inclusive da própria Unimontes. Nós tivemos audiência pública em Montes Claros na semana passada para tratar do hospital-escola, que é o hospital universitário da Unimontes, 100% SUS, e que está vivendo dias de completa decadência, de redução de leitos, de redução de pessoal. Às vezes há pessoal para fazer a refeição do almoço, mas não há pessoal para fazer a refeição do jantar. Isso é grave. Nós estamos falando de uma região que atende não só o Norte, o Vale até o Sul da Bahia, mas de um hospital 100% SUS correndo o risco de fechar porque houve esse contingenciamento de recursos, esse corte – não é contingenciamento, é corte – no ensino superior, na educação superior.

Na reforma administrativa nós trouxemos o ensino superior, a educação superior para a educação, e junto com isso também trouxemos o hospital universitário 100% SUS que atende aquela região.

Amanhã, de fato, Cristiano, nós estaremos nos mobilizando, sim, para ir às ruas mais uma vez contra a reforma da Previdência, contra o governo federal que está aí também com corte nas federais. Como você mesmo bem disse, o Instituto Federal do Norte de Minas também vive dias de falência quase completa. Então nós não podemos nos acomodar. Ir para as ruas significa de fato demonstrar o quanto a ciência e a pesquisa vêm produzindo para este país; ir para as ruas com os estudantes comprova que não podemos comprometer a educação da juventude, daqueles bolsistas que, conforme falamos aqui, vêm do interior, vão para a cidade estudar e às vezes têm a bolsa como opção também para se alimentar.

Sabemos de relatos de estudantes do movimento estudantil, DCE e vários outros, que estão dividindo o dinheiro, R\$2,50, para dar um pouco de comida para o outro. É claro que estamos recuperando a solidariedade, mas é um absurdo o Estado se ausentar. Em cinco meses que o governo Zema está aí e estamos acompanhando o desmonte das políticas e, acima de tudo, a ausência do Estado nas regiões como o Norte do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri.

Enfim, foi muito boa a sua posição. Amanhã estaremos nas ruas para, inclusive, voltar ao significado da “balbúrdia”, que o ministro da Educação colocou. Então, a gente está levando pesquisas, que já estão sendo realizadas, resultados importantes de pesquisas em desenvolvimento que as universidades veem produzindo. Amanhã vai ser um dia de nos aliar com a sociedade em defesa da educação, em defesa daquilo que a gente construiu ao longo dos anos, que é a cidadania para os que mais precisam do Estado brasileiro e do Estado de Minas Gerais. Muito obrigada.

O deputado Cristiano Silveira\* – Obrigado, Leninha. Leninha, você não estava aqui na legislatura passada, não era deputada, foi eleita agora junto conosco nesta legislatura, e o povo critica demais o PT: “O problema é o PT”; “O PT quebrou o Estado”; “O PT foi mau para o Estado”. Mas, olhe, Leninha, não contingenciamos recursos da Fapemig, como o governo Zema e seus aliados estão fazendo. Nós, Leninha, fizemos um acordo com a educação. A Beatriz se lembra disso porque ela liderou esse processo. Ainda que não tenhamos tido a condição de cumprir tudo o que foi pactuado, avançamos, e muito, se comparado ao que herdamos, relativamente à situação dos trabalhadores da educação. Chegamos, em média, a 50% de aumento nos valores dos salários da educação. Reduzimos os impactos da crise da Lei nº 100, que foi deixada de herança pelo PSDB. Votamos aqui o Adveb para substituir o quinquênio, que foi extinto por eles. Aprovamos um novo plano de carreira – a Beatriz sabe disso – que possibilitou a progressão de carreira para mais de noventa mil trabalhadores. Convocamos os concursados de 2011 e de 2014. Fizemos obras importantes, emergenciais, nas escolas que necessitavam. Voltamos a dar dignidade ao professor, que sequer tinha o direito de merendar dentro da escola. Agora me desculpem, o senhor governador Romeu Zema e os seus aliados não poderão subir a esta tribuna para fazer crítica ao que foi o governo do PT para a educação, enquanto não derem conta de resolver o básico, o mínimo – e não estão dando conta –, e acima de tudo, honrar os compromissos que fizeram.

Foi lido aqui a carta do secretário de governo: “Restabelecer a escola em tempo integral”. E nós aceitamos, porque queríamos tudo imediatamente, e aceitamos porque entendíamos que era necessário fazer uma mediação; aceitamos a recomposição de maneira parcial, mas cadê? Acabou o mês de maio e cadê os alunos de volta? Cadê os professores de volta? Não aconteceu, não aconteceu.

Então, temos que fazer aqui essa discussão porque, ainda que não tenhamos feito tudo o que gostaríamos para a educação, entregamos uma educação em Minas Gerais melhor do que recebemos. Inclusive, Leninha, você que é muito próxima da Unimontes, aprovamos aqui, na legislatura passada, o projeto do governador criando, estabelecendo a Programa Estadual de Assistência Estudantil. Qual o projeto do governo Zema para a assistência estudantil, para as universidades públicas estaduais, para a pesquisa, para a ciência, para o ensino fundamental? Qual é o projeto? Então não tem nada ainda apresentado para o povo de Minas Gerais.

Nós, então, não admitiremos qualquer crítica, neste âmbito, se não conseguir e for capaz de apresentar algo melhor do que aquilo que deixamos.

Então, companheiros e companheiras, amanhã, dia 30, é dia importante, dia de fazer a luta necessária, exercer plenamente a democracia, de novo, dar um *show* nas ruas. Tentaram nos responder no último domingo e foi um fracasso. Houve gente que chegou de kombi – chegou e foi embora na Kombi –, sabe, Cleitinho?

Divinópolis esteve bonita. Recebi imagem de Divinópolis do dia 15. Na de domingo estava vazia, mas na do dia 15 estava muito bonita. Então, de novo, lá estará bonito. Essa é a nossa luta: queremos de novo os estudantes, os professores, a sociedade em defesa da educação, contra o corte ou contingenciamento – como queiram. Não vou discutir a semântica, vou discutir que o dinheiro vai deixar de chegar e, em Minas Gerais, serão menos R\$353.000.000,00, para as universidades e institutos federais. *O.k?* Vamos à luta amanhã todos juntos! Obrigado, presidente.

\* – Sem revisão do orador.

A deputada Beatriz Cerqueira\* – Presidente, boa tarde. Boa tarde aos colegas parlamentares. Boa tarde a quem nos acompanha pela TV Assembleia e também pelas galerias da Assembleia Legislativa. Uma boa tarde à imprensa presente.

Presidente, alguns assuntos me motivaram a subir à tribuna nesta terça-feira. Primeiro, um compromisso que assumi com a população de Mário Campos.

Estive ontem na câmara municipal, onde acontecia uma reunião com os vereadores. O espaço não comportou tantas pessoas da comunidade, em solidariedade à professora e vereadora Andresa Rodrigues.

Então, quero didaticamente explicar o que está acontecendo naquela cidade, porque não pode ser normal, não pode ser natural o que vi lá ontem e o que vai se seguir pelos próximos 120 dias. A vereadora Andresa, um tempo atrás, votou contra um reajuste do seu próprio salário como vereadora. Ela foi voto vencido e, portanto, assumiu um compromisso público com a cidade: ela não ficaria com a diferença da recomposição do seu salário, ela o dedicaria ao trabalho na sua cidade. Fez consultas à legislação e aos órgãos competentes para que isso não configurasse nada além do que um ato político de se recusar a receber um reajuste que ela avaliava não ser devido aos vereadores, diante da complexidade dos problemas que aquela comunidade vivenciava e que se agravam neste momento. Assim ela o fez, e presta contas de parte do salário dela. Vou ser bem didática para as pessoas entenderem: é parte do salário dela, porque foi um reajuste ao salário dos vereadores, que ela entrega a atividades e a questões da sua sociedade.

Durante os mais de cem dias em que ela procurou o corpo do seu filho único, do Bruno, que almoçava em Córrego do Feijão, no refeitório, no momento do rompimento da barragem, ela buscou informações. Mas ela não só buscou informações sobre o corpo do seu filho. Ela guardou a dor pessoal e promoveu um processo coletivo de acompanhamento às famílias ao Instituto Médico Legal, ao Instituto de Criminalística, a dezenas de reuniões com o Ministério Público e com o Ministério Público do Trabalho, a audiências públicas da CPI desta Casa e da CPI da Câmara dos Deputados, a reuniões públicas, enfim, uma infinidade de tarefas que precisavam ser feitas para discutir as reparações devidas pela criminosa, assassina Vale com o rompimento da barragem do Córrego do Feijão. Ela dedica integralmente toda sua vida a esse processo coletivo, porque ainda há 26 pessoas que não foram devolvidas aos seus familiares. Nesse percurso, a câmara de vereadores protocolou um ofício, a que ela não respondeu, porque ela estava exatamente nesse processo de busca do corpo do seu filho, que lhe foi entregue em maio. Foram pedaços, pedaços. Ela enterrou pedaços do corpo do Bruno, que pessoalmente conheci. Ela enterrou pedaços, aquilo que se conseguiu achar ela enterrou recentemente em Mário Campos. Bem, ela não respondeu a um ofício que o presidente da câmara municipal poderia ter, na compaixão por uma mãe que perde seu único filho, por uma mãe que deixou de ter o direito de ser avó, por uma mãe que deixou o direito de conviver com seu filho de 26 anos... O presidente da casa e outros vereadores poderiam ter compaixão e poderiam ter, na política, não utilizado esse momento para perseguir uma mulher que acabou de enterrar seu único filho. Mas essa compaixão não existiu na política da maioria da Câmara Municipal de Mário Campos.

Por isso, subo a esta tribuna para denunciar que hoje aquela mãe, que anda com o cartaz do seu filho na mão, responde a uma comissão parlamentar de inquérito porque não respondeu a um ofício que foi protocolado quando ela estava procurando o corpo do filho e tantos outros corpos. Sem a persistência, sem a ousadia da denúncia, do confronto, do enfrentamento com o poder econômico, as famílias não teriam tido os seus corpos devolvidos.

Então, venho a esta tribuna denunciar a covardia de terem instaurado uma comissão parlamentar de inquérito contra um mãe, porque a comissão parlamentar de inquérito, naquele lugar, é uma decisão política.

Foi uma decisão política do presidente da Casa, de que, através de uma portaria, pelos próximos 120 dias, a vereadora, a mãe, a professora, a que não será mais avó terá de responder pelo ato de não ter prestado contas de parte do seu próprio salário, do qual ela abriu mão por um ato político em benefício... Um ato político, um ato político em relação à cidade.

Então eu trago aqui essa denúncia e me comprometi a, pelos próximos 120 dias, todas as vezes que tiver oportunidade e enquanto eu tiver voz, trazer a esta tribuna essa denúncia, porque não é possível a naturalização da criminalização de uma mãe que não cometeu nenhum crime, mas, por não ter cumprido um prazo de um ofício, que poderia ter sido alterado se tivessem tido compaixão... Vou usar a palavra compaixão para não ficar com nenhum outro argumento, e não houve. Então, primeiro, presidente, quero trazer essa denúncia, que farei pelos 120 dias que essa mãe viver esse sofrimento.

E também, presidente, alerto que, se essa mãe tiver qualquer problema de saúde, qualquer desequilíbrio emocional, qualquer coisa nos próximos 120 dias, os responsáveis, além da Vale, que assassinou o filho dela, serão esses vereadores que estão impondo mais esse sofrimento a essa mãe.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Eu queria, primeiro, cumprimentar V. Exa., que traz um assunto de muita importância para a tribuna, na tarde de hoje, 29/5/2019. Eu acompanhei, inclusive auxiliiei V. Exa. na formatação de um requerimento, mas, ao ouvir V. Exa. trazer aqui mais uma vez o tema, eu estava aqui pensando que amanhã nós vamos fazer um apelo ao presidente da comissão parlamentar de inquérito, e com certeza o deputado André Quintão, nosso relator, encampará a ideia. Eu penso que agora nós já devemos tomar outra providência, deputada Beatriz Cerqueira, porque o assunto não está nos cheirando muito bem.

Essa iniciativa do presidente da Câmara Municipal de Brumadinho de retaliar a vereadora Andressa Rodrigues – não é isso mesmo? Se a minha memória não falha... –, vereadora combativa, trabalhadora, séria, honrada e que perdeu o filho de 26 anos para a criminosa Vale... Nós gostaríamos de saber quais foram as iniciativas concretas que a Câmara Municipal de Brumadinho tomou em relação ao episódio, porque, até o presente momento, eu desconheço essas iniciativas. Porque uma câmara municipal onde houve a maior tragédia de toda história deste país, até o presente momento, na figura do seu líder maior, o seu presidente, não tomou nenhuma providência... Tem algo que não nos cheira muito bem, deputada Beatriz Cerqueira. E olhe que falo com V. Exa. com a experiência de policial militar durante 15 anos e há 21 anos exercendo mandato nesta Casa, participando já da quinta comissão parlamentar de inquérito desta Casa.

Faço aqui uma sugestão. Pediremos amanhã à consultoria para que a vereadora seja ouvida o mais rápido possível pela comissão parlamentar de inquérito. Porque essa vereadora faltou várias vezes à câmara municipal, primeiro, porque perdeu o filho. Perder um filho, gente... Talvez o cidadão que fez isso não seja pai ou não tenha noção da dor de perder um filho. Eu, graças a Deus, nunca passei por essa situação, deputada Beatriz Cerqueira, e espero que a vida me conceda aquela ordem natural, que é o pai morrer primeiro que os filhos. Eu peço a Deus que me conceda dessa maneira. Esse cidadão sabe perfeitamente que a vereadora passa por um processo de perda enorme, irreparável, porque, até hoje, sente esse impacto. E, por diversas vezes, dezenas de vezes, ela foi procurar o próprio filho e veio aqui à Assembleia, bater à porta dos gabinetes, procurando socorro, auxílio, trazendo informações para subsidiar o trabalho da comissão parlamentar de inquérito.

Amanhã, deputada Beatriz Cerqueira... Essa coisa não está me cheirando muito bem. Eu nunca tomei conhecimento...

Abrir uma comissão parlamentar de inquérito com esse teor? A meu ver, esse requerimento já nasceu morto. Ai existe um componente político muito forte. A meu ver, pelo que conheço minimamente de requerimento de CPI – olhe que posso falar para V. Exa. que conheço um pouco, não é? –, esse requerimento está fundamentado de forma muito errada. Uma atrocidade está sendo cometida contra essa vereadora.

Então, nós vamos formalizar o requerimento. Quero assiná-lo com V. Exa. Vamos pedir ao deputado André Quintão e aos demais colegas deputados para ouvirmos a vereadora, porque ela perdeu um parente, ela perdeu um filho. Ela passa por uma situação difícil, ainda em luto pela perda do filho, e sofre uma violência... Eu não gosto muito de usar esse termo, não, mas, nesse caso – diante do quadro dela –, ela sofre uma violência psicológica enorme por parte do presidente e desses cidadãos que estão, neste momento, travestidos de vereadores e querem abrir uma comissão parlamentar de inquérito em desfavor da vereadora.

Vamos ouvir a vereadora. Amanhã, vamos falar com o presidente e dizer a ele que precisamos aprovar o requerimento amanhã mesmo para que ela seja chamada o mais breve possível, a fim de sabermos em que ponto podemos também usar a competência legal da Comissão Parlamentar de Inquérito de Brumadinho, até porque a Câmara Municipal é de Brumadinho. Os fatos aconteceram lá. Quem sabe podemos ouvir aqui o presidente. Já vamos ouvir o prefeito, vamos aproveitar e ouvir também o presidente da câmara municipal. Vamos convocar esse cidadão para vir aqui prestar depoimento sobre esse fato e também porque há uma relação clara com esse episódio.

Mais uma vez, quero cumprimentar V. Exa., que cumpre fielmente seu papel quando vem à tribuna denunciar. A denúncia de V. Exa. ecoa como um pedido de socorro. Estamos aqui para corroborar e ajudar nesse processo.

A deputada Beatriz Cerqueira\* – Isso mesmo, Rodrigues. No tempo que me resta, vou compartilhar algumas coisas que vi ontem. Depois de lidas algumas questões relacionadas à CPI, a vereadora pediu direito de voz ao presidente da Casa, que negou o direito de fala a parlamentar e encerrou os trabalhos. Ela só foi falar, conversar com as pessoas do lado de fora da câmara municipal.

Eu também vi ontem, presidente, Rodrigues, os vereadores, em que pese a cidade estar sofrendo com as consequências do crime da Vale, em que pese a farmácia da prefeitura não ter remédios básicos para atender a comunidade, em que pese o surto de dengue denunciado ontem, em que pese as enormes dificuldades existentes no município, a pauta preponderante daquela casa parlamentar ontem, da Câmara Municipal de Sarzedo, foi votar a criação de cargos comissionados, reajustes salariais para cargos comissionados. É uma pauta que vai completamente na contramão das necessidades da população.

Quando as pessoas que estavam lá criticaram, questionaram ou tensionaram, ouviram, por um momento, o presidente da câmara municipal dizer: “Vale menos do que o dinheiro da Vale”. Eu não entendi o comentário e procurei saber. Vale menos do que o dinheiro da Vale? As pessoas da comunidade me explicaram: “Beatriz, ele está fazendo referência às pessoas que recebem o valor emergencial da Vale”. Fazer essa afirmação, para mim, foi ultrajante e humilhante. É como se as pessoas que recebem um dinheiro de uma mineradora que mata, assassina, tira a condição de sobrevivência das pessoas, enfim, é como se isso fosse um benefício ou um privilégio para ser motivo de ironia de um presidente de uma casa legislativa.

O Rodrigues tem razão. É um pedido de socorro, porque esta tribuna precisa ser usada para a política do bem comum, para a política a serviço da vida. A política que ouvi ontem, em Mário Campos, é a política a serviço ou da mineradora ou da morte. Eu estou para entender isso nos próximos 120 dias. Muito obrigada, presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Bruno Engler\* – Boa tarde, presidente; boa tarde a todos aqui presentes e aos que nos acompanham pela TV Assembleia. Nesta Casa há muita coisa que é falada desta tribuna que é muito séria e que precisa ser falada, como o discurso da própria deputada que me antecedeu, as diversas denúncias dos crimes da Vale. Mas há coisa que é falada aqui de que a gente tem que rir, para não perder o bom humor. Eu não estava aqui no Plenário, estava na Comissão de Segurança Pública, mas me foi informado

que foi dito aqui que a população não sabe dos crimes do Lula. A população sabe, ele está condenado por corrupção e lavagem de dinheiro. Bandido, corrupto, é por isso que ele está preso.

E é muito falado aqui em relação aos supostos cortes de 30% na educação. E me permita discordar de V. Exa., presidente, eu não acho que haja uma diferença semântica entre corte e contingenciamento, há uma diferença técnica muito importante. Contingenciamento é quando você segura um dinheiro que está na previsão orçamentária, para que, quando você tiver reposição de recursos, volte a colocar esse dinheiro no orçamento. Corte é quando você retira um dinheiro do orçamento sem previsão de retorno. Corte é o que a Sra. Dilma Rousseff fez em 2015, cortando quase R\$10.000.000.000,00 da educação, muito mais do que está sendo contingenciado agora. Agora nós estamos contingenciando não 30% do orçamento da educação, mas 3,5%. Para quem nos acompanha e não sabe, o orçamento da educação é dividido, e 85% dele são gastos obrigatórios. São gastos com salário, com manutenção, que estão sendo mantidos integralmente. Três por cento do orçamento da educação são subsídio, auxílio, bandeirão, que também estão sendo mantidos integralmente. Dos 12% restantes, que são os gastos discricionários, não obrigatórios, 30% estão sendo contingenciados. Portanto, do orçamento da educação, estão sendo contingenciados 3,5%.

Aí a gente tem que ouvir aqui que as manifestações são muito bonitas, muito maiores do que as manifestações pró-governo, que as manifestações pró-governo foram um fracasso, que as ruas estavam vazias. Ora, eu estava na rua domingo, eu vi a Praça da Liberdade tomada de pessoas vestindo verde e amarelo, defendendo as nossas cores, a nossa bandeira e o nosso presidente. Mais de 30 mil pessoas na Praça da Liberdade, passando o seu recado de que o Brasil está com Bolsonaro. E pessoas que foram no domingo, por livre e espontânea vontade, sem coerção, sem professor que fez lista de chamada em manifestação, sem professor que deu ponto para quem fez cartaz para manifestação, sem professor que pegou a sala de aula cheia de alunos e levou para a rua. Quem foi às ruas no domingo, foi porque quis e foi porque acredita no governo Jair Bolsonaro, sabe da sua honestidade e sabe que ele tem que governar.

Mas os senhores sabem por que o PT tem tanta raiva do Bolsonaro, das manifestações de domingo do nosso pessoal? Porque o PT um dia já foi o partido que pregou a moralidade, a ética, a idoneidade na política. Eu sou de 1997, não me lembro dessa época. E quando a minha mãe me fala: “O PT, antes de chegar ao poder, era um partido que dizia que ia limpar Brasília, que ia combater a corrupção”, eu falo: mas o PT, esse partido do qual os peixes grandes, a cúpula está na cadeia, e cultua quase como um Deus um condenado por corrupção e lavagem de dinheiro era o partido da moral e da ética? Era? Pregava moral e ética, criticava a corrupção. Só que o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, quando assumiu a Presidência, já aumentou o número de ministérios exponencialmente, para poder colocar pessoas dos partidos do dito centrão, para ter a dita governabilidade. Só que o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva comprou o Congresso Nacional através do mensalão. Ele não só aderiu à corrupção, como tomou a corrupção como modelo de governo e governou através dela.

E é por isso que essas pessoas têm tanta raiva de um presidente que prometeu governar com honestidade. E está governando com honestidade. Que reduziu o número de ministérios, que colocou um ministério técnico não por indicação de partidos do centrão, mas por competência, porque não se curva aos velhos conchavos de Brasília. E a população reconheceu isso e foi às ruas dizer: “Nós estamos com Jair Bolsonaro, Jair Bolsonaro foi eleito para governar com honestidade”. E é assim que ele vai fazê-lo, com amplo apoio popular.

E o Congresso Nacional, não todos os congressistas, mas os ratos do Congresso Nacional não vão impedir os avanços do governo Bolsonaro nem esse governo de ser um grande sucesso. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Elismar Prado\* – Obrigado, presidente. Vou resumir o assunto porque tenho apenas 5 minutos, mas quero deixar registrado, através desta tribuna, a notícia veiculada pelo portal de notícias R7, que já é do conhecimento de todos, dizendo o seguinte: “Zema gasta 134 vezes mais com Mineirão que com ensino integral em Minas Gerais”. É a notícia do portal R7, falando o

seguinte: “Programa ligado à Secretaria de Educação”, ou seja, a escola em tempo integral em Minas Gerais “recebeu R\$127.000,00 até agora, já a Minas Arena, que administra o estádio, ficou com mais de R\$17.000.000,00”, ou seja, 134 vezes mais. Isso, do ponto de vista da liberação do orçamento do Estado. Para a escola em tempo integral foram liberados, fazendo-se a conta percentual, apenas 2,3% de tudo aquilo que já está empenhado no orçamento do Estado, ou seja, reservado para o financiamento do programa Escola em Tempo Integral em Minas. Apenas 2,3%, enquanto a Minas Arena, que administra o Mineirão, recebeu R\$17.000.000,00. Então, quero apenas fazer esse comparativo para que as pessoas possam refletir sobre o que seria prioridade ou não para o governo. Todos nós acompanhamos tudo aqui e voltamos a denunciar, porque nosso bloco não recebeu a lista de quais as escolas neste momento vão manter o programa. Na verdade, eram, a princípio, 111 mil alunos inseridos no programa Escola em Tempo Integral, também envolvendo mais de 9 mil professores. O Estado já o cortou, já o reduziu de 111 mil para apenas 30 mil alunos, e ainda não temos conhecimento de quais as escolas do Estado irão receber esses 30 mil alunos. Já é um corte de 75% de todo o programa Escola em Tempo Integral no Estado. Depois de uma série de questionamentos e de pressão desta Casa também, dos deputados de modo geral, o governo fez o compromisso de gradativamente retomar o programa. Ora, os alunos prejudicados não terão realmente como aliviar sua situação, eles já foram prejudicados. Na verdade, vamos tentar recolocar as vagas. Trinta mil agora – e precisamos conferir de fato se isso vai ocorrer –, 25 mil vagas em agosto e mais 55 mil no início do próximo ano, totalizando cerca de 110 mil vagas do ensino de tempo integral. Eu acho realmente lastimável – e quero deixar aqui novamente a nossa indignação – essa falta de compromisso do governo com a educação em Minas Gerais. Já disse aqui, inclusive, do relato de mães que procuraram o nosso gabinete que tiveram problemas, e estão tendo problemas até com o conselho tutelar, porque ou os meninos ficam na rua ou trancados dentro de casa, porque a mãe precisa, até para manter o seu emprego, o seu posto de trabalho, que o filho frequente a escola no regime de tempo integral. Então, é um prejuízo social enorme.

O governo fez uma pressão nesta Casa dizendo que precisava votar a reforma administrativa, que tinha pressa para fazer economia e, até agora, não sancionou, não assinou a reforma. E a gente está perdendo. Inclusive esta Casa contribuiu dobrando a proposta original do governo, dobrando a economia que o Estado fará anualmente. E o governo, com toda aquela pressão aqui para aprovar a reforma, simplesmente, não assinou até agora.

Quero retomar aqui: foram liberadas, de recursos para o Minas Arena, 134 vezes mais. Inclusive, há uma CPI, que será instalada muito em breve, proposta pelo deputado Léo Portela – sou um dos signatários, assim como outros deputados –, para investigar esses repasses feitos pelo Estado ao Minas Arena, que administra o Mineirão. Queremos observar seriamente como foram utilizados esses recursos.

Quero lamentar aqui a falta de prioridade do governo, ao sacrificar, penalizar milhares de mães e famílias que precisam do investimento na educação e que dependem da escola em tempo integral. Deveriam ser colocados 100% este ano. Até agora não conhecemos a lista das escolas que vão manter parcialmente esses 30 mil alunos neste primeiro trimestre. Queremos acompanhar isso e inclusive a retomada de todo o programa 100% até o ano que vem. É isso, presidente. Era o que tinha. Depois a gente retoma essa discussão aqui, na Casa. Obrigado.

\* – Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 28/5/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Andrea Castello Branco Rena, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

exonerando Gildázio Alves dos Santos, padrão VL-30, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha;

exonerando Isabela Maria Costa Rizzieri, padrão VL-32, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou  
Minas Gerais;

exonerando Leonardo de Santana Moraes, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor  
Xavier;

exonerando Luciana Ferraz Soares de Oliveira, padrão VL-45, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Laura  
Serrano;

exonerando Mariana Chaves de Oliveira, padrão VL-46, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou  
Minas Gerais;

exonerando Patrícia Maria Maia, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Minas Tem História;

exonerando Sandra Andrea de Almeida Limas, padrão VL-31, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando  
Pimenta;

exonerando Vania Marçal Magalhães Perdigão, padrão VL-53, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do  
Governo;

nomeando Aline Luciana Weitzel, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Andrea Castello Branco Rena, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha;

nomeando Aparecido Alves de Souza, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha;

nomeando Carla Ferraz Simões e Novais, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir;

nomeando Diego Alves de Souza, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha;

nomeando Elisabeth Hinkelmann Nêdir, padrão VL-39, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou  
Minas Gerais;

nomeando Gheise Carvalho Pereira André, padrão VL-11, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco  
Liberdade e Progresso;

nomeando Gildázio Alves dos Santos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Inácio Antunes de Azevedo Silva, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte  
Bechir;

nomeando Isabela Maria Costa Rizzieri, padrão VL-25, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor  
Xavier;

nomeando Jansen Perez Souza, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Laura Serrano;

nomeando Leonardo de Santana Moraes, padrão VL-43, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou  
Minas Gerais;

nomeando Lidiane Mara do Nascimento Pereira, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia  
de Jesus;

nomeando Patrícia Maria Maia, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Hely Tarquínio;

nomeando Rui da Luz Moreira, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir.



**AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 31/2019****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 65/2019**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 14/6/2019, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o registro de preços para aquisição de espécies vegetais, insumos e material para manutenção da área verde da Praça Carlos Chagas.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 36/2019**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Líder Táxi Aéreo S.A. – Air Brasil. Objeto: prestação de serviços de transporte aéreo, por meio de fretamento de aeronaves, modalidade táxi-aéreo. Objeto do aditamento: quarta prorrogação, com reajuste de preços. Vigência: doze meses, de 25/5/2019 a 24/5/2020, inclusive. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.3.3.90 (10.1).

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 44/2019**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Infra do Brasil Comércio e Serviços Eireli. Objeto: prestação de serviços de transcrição de áudio via reconhecimento de voz. Objeto do aditamento: primeira prorrogação do contrato, por mais 12 meses, sem reajuste de preço. Vigência: de 14/8/2019 a 13/8/2020. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009 – 3.3.90(10.1).

**ERRATAS****ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/5/2019**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/5/2019, na pág. 27, onde se lê:

“A presidência comunica que será solicitada a reiteração dos requerimentos de diligência referentes aos Projetos de Lei nºs 3.181, 3.199, 3.226, 3.229, 3.235, 3.353, 3.386, 3.410, 3.428, 3.454, 3.456, 3.472, 3.530, 3.551, 3.564, 3.631, 3.635, 3.641, 3.643, 3.684, 3.715 e 3.767/2016 e 3.221, 3.420, 3.520, 3.532, 3.573, 3.638, 3.692, 3.788/2016, 4.102 e 4.441/2017.”, leia-se:

“A presidência comunica que será solicitada a reiteração dos requerimentos de diligência referentes aos Projetos de Lei nºs 3.181, 3.199, 3.226, 3.229, 3.235, 3.353, 3.386, 3.410, 3.428, 3.454, 3.456, 3.472, 3.530, 3.551, 3.564, 3.635, 3.641, 3.643, 3.684, 3.715 e 3.767/2016 e 3.221, 3.420, 3.520, 3.532, 3.573, 3.638, 3.692, 3.788/2016 e 4.102 e 4.441/2017.”.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 31/5/2019, sob o título “Comunicação da Presidência”, na página 29, suprima-se a expressão “e 1.334 e 1.335/2019, da Comissão de Transporte”.